



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

PETROBRAS:
Antecedentes e Consolidação

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Orientador: _____

Prof.: _____

Prof.: _____

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

SILVIA ANETTE KNEIP

PETROBRAS:
Antecedentes e Consolidação

Dissertação apresentada ao
Curso de Pós-Graduação da
FGV/EAESP

Área de Concentração:
Economia e Finanças Públicas
para a obtenção do título de
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO

Orientador: Prof. EURICO KORFF



SÃO PAULO

- 1993 -

Ao meu pai, razão de tudo isso.
A Andreas, sempre mais que amigo.
À minha mãe,
aos meus irmãos,
ao Carlos.

Apresentação

Realizar este trabalho não foi fácil, principalmente pelo pouco tempo que me restava, mas foi muito bom tê-lo feito, pois trabalhar a nossa história é sempre gratificante e estimulante. São muitas as descobertas desse longo período estudado e são muitos os prazeres encontrados ao tomar contato com tantas personalidades que viveram esse período e que foram povoando este estudo.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a concluir o meu estudo. Agradeço especialmente à CAPES, pela de bolsa de estudos usufruída nos três primeiros do curso;

à Bety, pela paciência e trabalho; à Helô, pela força; ao Sérgio, Angelo e Dr. Patrício, pelo interesse; para a Carmem, nem tenho palavras. Meu maior agradecimento ao Prof. Korff que, com sua imensa dedicação, orientação e amizade ajudou-me a chegar ao fim desta dissertação.

índice

Introdução	1
Parte Introdutória	5
Breves considerações sobre o processo de industrialização no Brasil	6
Parte 1: Da História	10
Capítulo 1: Legislação	11
Capítulo 2: O Conselho Nacional do Petróleo	26
Capítulo 3: "O Petróleo é nosso"	38
Capítulo 4: A Criação da Petrobrás	55
Parte 2: Da Consolidação	65
Capítulo 5: As dificuldades político- institucionais iniciais	66
Capítulo 6: A Consolidação Financeira	76
Considerações Finais	95
Bibliografia	98
Anexos	102

Introdução

Escrever sobre a Petrobrás é antes de tudo mergulhar na nossa história recente, que já foi tema de inúmeros livros e teses, porém, sendo riquíssima, é fonte inesgotável para tantos outros trabalhos.

é impossível falar da Petrobrás e não falar da campanha para o petróleo, do envolvimento dos militares e da sociedade civil, representada pelos partidos políticos, na definição dos caminhos de uma indústria nacional do petróleo e de personagens como Getúlio Vargas.

é também impossível não fazer referência a fatos que antecederam a constituição da Petrobrás e que são fundamentais para a compreensão daquele processo.

Entretanto, ao escolher este tema, não quis ater-me simplesmente aos seus aspectos históricos e sociológicos, que por diversas vezes já foram lembrados. Procurei reescrever este capítulo da nossa história, buscando também evidenciar questões mais diretamente ligadas às categorias econômicas e financeiras do processo.

As lutas empreendidas pelo nosso povo em favor da criação de uma indústria nacional do petróleo datam de muitos anos e foram cenário para inúmeras personagens da sociedade civil,

das instituições militares, dos partidos políticos e do aparelho de Estado.

Espelho do nosso desenvolvimento e da nossa história, a Petrobrás é uma das mais importantes empresas criadas pelo Estado na década de 50. Sua constituição envolveu todos os segmentos da nossa sociedade, revelando a capacidade de improvisação de uma nação que, apesar das suas imensas riquezas naturais, sempre conviveu com a escassez de recursos e dificuldades no financiamento da exploração dessas riquezas. Como observa SMITH, a análise desse tipo de processo: "É um estudo de como a escassez de capital e de perícia técnica característica de um país subdesenvolvido, e o nacionalismo também característico desses países em meados do século XX, interagiram com os fatos da geologia para produzir um resultado exclusivamente brasileiro."¹

Para estabelecer esses dois períodos, fiz um levantamento bibliográfico do que se havia escrito a respeito da Petrobrás. A recuperação desses fatos e dessa bibliografia encerra algo interessante: não se tem publicado nas duas últimas décadas quase nada sobre o tema. É possível até mesmo dizer que os fatos daquela época foram escritos por aqueles que os viveram (evidentemente que com exceções) e os viveram intensamente.

(1) SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p. 17.

Com base nesta bibliografia, procurei fazer um cuidadoso trabalho de interpretação, descrição e reunião dos acontecimentos relativos ao assunto estudado, que permitiu recontar essa história já tantas vezes contada, fixando, entretanto, como eixo a característica marcadamente estatal da história de nossa indústria do petróleo.

Este estudo será formado de três partes. Na Parte Introdutória, farei algumas considerações sobre o processo de industrialização no Brasil, uma vez que existe uma ligação bastante direta entre a formação do capitalismo no nosso país e o tipo de industrialização e inserção do Estado na economia dos países de industrialização recente. Essas considerações são fundamentais para que se entendam muitos dos fatos que serão mencionados ou analisados no decorrer deste trabalho, sem que haja necessidade de fazer a todo momento referência ao processo histórico em questão.

Na Parte I, tratarei do período compreendido entre 1917 e 1953, analisando a fase inicial das descobertas, da tomada de consciência sobre a importância do petróleo como fonte de energia e, portanto, das primeiras providências que couberam ao Estado na tentativa de dar ao petróleo a prerrogativa de questão nacional; a elaboração do Código de Minas, a incorporação dos seus dispositivos na Constituição de 1934 e as principais mudanças em relação à matéria, na Constituição de 1937 (Capítulo 1); a constituição do Conselho Nacional do

Petróleo, a conjuntura nacional e internacional, que suscitaram a necessidade de uma nova estruturação do serviço, visando a criar no país os meios necessários para a exploração do petróleo (Capítulo 2).

Ainda na Parte I, tratarei das dificuldades enfrentadas pelo Conselho Nacional do Petróleo em fazer valer suas atribuições, no período de pós-guerra. Discutirei os projetos, que surgiram visando a dar resposta ao problema da incapacidade do CNP em resolver as dificuldades que enfrentava, à medida que a questão do petróleo se tornava mais complexa. Além disso, tratarei também das campanhas e do envolvimento da população e dos militares na questão (Capítulo 3). Finalizarei o estudo desse período com a história da formação da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás, em 3 de outubro de 1953 (Capítulo 4).

A Parte II será dedicada ao período de 1954 a 1958, que compreendeu as dificuldades político-institucionais iniciais (Capítulo 5) e a consolidação financeira da Empresa (Capítulo 6).

PARTE INTRODUTORIA

Breves considerações sobre o processo de industrialização no Brasil

À medida que a sociedade se tornara mais desenvolvida e as necessidades dos cidadãos, mais complexas, com a economia tendendo ao desequilíbrio, ficou patente a necessidade de um outro tipo de papel a ser cumprido pelo Estado.

O século XX seria exemplo disto, sendo palco de grandes transformações, como as inovações tecnológicas, o aparecimento de gigantescas empresas fabris e dos aglomerados urbanos. Essas transformações implicaram o surgimento de uma camada social desprovida, que passou a exigir equipamentos sociais e representatividade.

Nesse sentido, é possível considerar, como observa COMPARATO, que "As novas exigências do Estado social e da era tecnológica puseram a nu as insuficiências e impropriedades da democracia liberal para as grandes decisões de transformação econômica e social (...)"⁽²⁾

Assim, com o surgimento das primeiras crises econômicas e da Primeira Grande Guerra, aos poucos, o Estado foi passando a ter maior participação na economia: oferecendo mais equipamentos sociais, atuando nas áreas fora do interesse do

(2) COMPARATO, Fábio Konder. Um quadro institucional para o desenvolvimento democrático. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985, p. 398.

capital privado e nas estratégias e, por fim, em todos os segmentos.

Para MARTINS, "o relacionamento Estado/sociedade é marcado, nos países de industrialização recente, pela desarticulação social que neles prevalece, pela natureza compósita de uma estrutura de classe dominante em quase contínua transformação e pela presença de atores internacionais que detêm o controle de parte do sistema produtivo, ou o influenciam, sem que entretanto possam reivindicar **droit de cité** enquanto atores políticos 'nacionais'." (3)

Portanto, a participação do Estado na economia nesses países seria fruto dessa desarticulação interna, que impossibilitou o surgimento de um forte ator no cenário, determinando transformações no interior da sociedade. O Estado, na falta desse ator, foi o elemento, ao lado do capital internacional, do aprofundamento da ordem capitalista e o instrumento de uma mudança qualitativa importante: o processo de industrialização.

É possível considerar que as causas da atuação do Estado, no Brasil, enquanto promotor da industrialização, estão: na debilidade do setor privado nacional, no desinteresse internacional em desenvolver determinadas áreas, na conscientização de nossos recursos estratégicos e na

(3) MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós 64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p. 25.

incapacidade que a nossa estrutura de classe, extremamente rígida, tem em absorver certos extratos sociais nascentes.

Com a Primeira Grande Guerra Mundial, caíram os preços de nossos produtos primários no mercado internacional, ao mesmo tempo em que o fornecimento de produtos manufaturados através das importações foi suspenso. Criou-se, assim, a necessidade de se produzir para suprir o mercado interno, prejudicado pelo fim das importações.

Inicialmente, a produção manteve-se ainda no nível dos bens de consumo mas, paulatinamente, com o seu aumento e a sua sofisticação, devido ao fortalecimento do setor urbano e à necessidade de se fabricarem bens manufaturados, criou-se uma conscientização em torno da necessidade de uma indústria metalúrgica, importantíssima para o boom industrial das décadas de 50 e 60.

Esse processo intensificou-se e tornou-se irreversível com a crise de 1929. O Estado passou, então, a atuar diretamente como organizador da acumulação. Diversas foram as áreas em que o Estado iria envolver-se, suprimindo as falhas do capital privado ou o desinteresse do internacional.

No entanto, a indústria do petróleo representou melhor as causas da intervenção antes formuladas, especialmente pela sua característica marcadamente estatal, tendo, por isso, suscitado intenso debate no interior da nossa sociedade.

Terminado este breve intróito estamos prontos para mergulhar nos meandros da história sobre a busca do petróleo no Brasil. No próximo capítulo, tratarei do início das pesquisas e concessões, do tipo de legislação que o país possuía até as Constituições de 1934 e 1937, quando foram criados dispositivos fundamentais que iriam marcar toda a história do petróleo nos anos seguintes: a separação do direito de propriedade do solo e do subsolo, e as restrições à participação do capital estrangeiro na exploração de nossas jazidas. A Revolução de 1930 foi a mola propulsora destas e de muitas outras mudanças no país.

PARTE I: Da HISTORIA

Capítulo 1: A legislação

Datam de 1864 os primeiros interesses pela pesquisa do petróleo, através de dois decretos, os quais permitiram que dois ingleses explorassem o minério da Bahia: um em torno de Ilhéus e Canaú e o outro ao longo do Rio Maraú.

Ainda no período imperial muitos outros decretos foram assinados em favor de brasileiros e estrangeiros e, no início do período republicano, ainda permanece esse interesse, quando diversas concessões são revalidadas e outras, fornecidas para novas explorações. A maioria concentrou a pesquisa no Estado de São Paulo, mas conhecem-se pioneiros em outros estados do Sul.

A legislação sobre a mineração segue também uma evolução que definimos como progressiva em relação a uma tomada de consciência sobre a importância de se legislar sobre a matéria, sendo a legislação do petróleo decorrência disto.

A propriedade dominical, vigente no império, consistia na consideração de que as minas eram de propriedade nacional e sua exploração deveria fazer-se mediante concessões do poder público. Apesar disso, durante os seus 70 anos, não foi registrada nenhuma lei substantiva que codificasse a matéria. A legislação sobre mineração, nesse período, foi um prosseguimento da política colonial.

A Constituição de 1891 substituiu o regime anterior pelo regime de acessão, "atribuindo a propriedade do subsolo e de suas riquezas ao proprietário do solo respectivo, como propriedade acessória"⁽⁴⁾ e invertendo a antiga tendência à centralização existente. Foi criado, portanto, um sistema federal relativamente livre, que refletia claramente os interesses dos fazendeiros que controlavam a economia totalmente agrícola na época. Passava-se, também, a propriedade das minas e sua regulamentação aos governos estaduais.

Diversos são os autores que identificaram a legislação então vigente como sendo a principal razão que levou o país ao desinteresse e conseqüente atraso na pesquisa. Além disso, é preciso observar que os proprietários do solo, os fazendeiros, não viam interesse no petróleo, principalmente porque suas atividades essencialmente agrícolas estavam garantidas pelas exportações e por entenderem que deveria haver a mínima interferência do Governo Federal em seus negócios.

Assim era o Brasil da República Velha: "Um Brasil dividido em feudos com nomes de Estados, em que cada uma das oligarquias neles reinantes, valendo-se do mais amplo regime

(4) TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 16.

de irresponsabilidade, dispunha por conta própria das riquezas nacionais.”(5)

Os Governos Estaduais, de um lado, não intervinham e alegavam confusão de direitos e limites e a Constituição, de outro, impedia qualquer atividade federal direta, a menos que por disposição legal, destinada a regulamentar a indústria.

Diante dessa situação, a necessidade de intervenção federal se fazia cada vez mais presente. Foi em nome disso que, em 1921, se elaborou a Lei Simões Lopes (Ministro da Agricultura, 1919-22) e seu respectivo regulamento. Criou a figura do inventor (descobridor de jazidas) que, mesmo descobrindo a jazida em terras de particulares, tinha preferência na exploração. Apesar disso, para tanto, precisava do acordo do proprietário, que poderia então participar dos proventos da exploração. Essa lei substituiu a primeira Lei de Minas republicana, chamada de Lei Calógeras (Ministro da Agricultura por duas vezes) e que não chegou a ser regulamentada.

Seria a partir de 1917 que o Governo iria aceitar verdadeiramente a possibilidade da existência de petróleo entre nós, ao dotar de recursos para a pesquisa o Serviço

(5) SILVEIRA, Joel e COUTINHO, Lourival. *O petróleo no Brasil: tração e vitória*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957, p. 295.

Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, criado ainda em 1907.

Esses recursos estão consubstanciados, principalmente, na criação da Comissão de Sondagem e Pesquisa de Carvão de Pedra e Petróleo no Amazonas e verbas para a pesquisa, tendo sido criado um departamento com este fim.

Diversas são as personagens nacionais e estrangeiras desse período, pessoas que se tornariam famosas posteriormente por outras razões e que estiveram envolvidas nas primeiras iniciativas de se encontrar petróleo no Brasil. Em sua maioria, essas pessoas eram consideradas pioneiros, não tendo por trás de si nada além de interesses particulares. Uma delas, Eugênio Ferreira Camargo, foi chamado por muitos comentaristas brasileiros de pioneiro nacional do petróleo.

Registra-se ainda a presença de uma empresa, Empresa Paulista de Petróleo, fundada em 1918, mas foi basicamente a partir de 1930 que passaram a organizar-se as empresas particulares para a exploração do petróleo.

Devido a dificuldades originadas pela falta de equipamento, a Empresa Paulista de Petróleo recorre ao departamento, a fim de obter por empréstimo o maquinário necessário e técnicos. Apesar da ajuda, a Empresa fracassou, porém fixou "o modelo da atividade governamental na década seguinte: fornecimento de equipamento e de assistência técnica às

companhias particulares, depois que adquirissem o capital e escolhessem o local de sondagem.”(6)

Já em 1918, o Estado supria as deficiências do setor privado e começou a despertar certo interesse pela questão, quando, em 1919, decidiu perfurar um poço, no Paraná. Ficou evidente a falta de condições e recursos do órgão para tal empreitada, fazendo que seu diretor, o geólogo Gonzaga de Campos, pedisse permissão para contratar empresas estrangeiras para realizar sondagens. A resposta do Governo, no entanto, foi a demissão do geólogo e a dotação para o Serviço Geológico e Mineralógico de mais recursos a serem destinados à pesquisa.

Isso não deu solução ao problema, pois realmente as dificuldades eram muitas. A maior delas era o fato de não dispormos de maquinário (sondas) com capacidade para atingir mais de 800 metros, e mesmo assim era raro atingir essa profundidade. E, quando o óleo não era encontrado, o remédio era tentar em outro lugar.

Como se não bastasse a falta de capital e de pessoal treinado, existia um outro fator, a falta de incentivos legislativos em decorrência da legislação restritiva, sendo a Constituição de 1891 o principal obstáculo.

(6) SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p. 27.

Essas dificuldades acabaram fazendo que o esforço, empreendido para encontrar petróleo fosse esporádico e irregular. Parecia duvidoso que a nação estivesse realmente interessada em encontrar e desenvolver uma indústria nacional de petróleo. Sua maior preocupação parecia ser a exclusão da participação estrangeira.<7>

Até a Revolução de 1930, o país ainda não tinha total consciência sobre a importância do petróleo. O suprimento era visto como normal, devido principalmente às facilidades para sua importação, ao fato de o mercado internacional cumprir perfeitamente o seu papel de fornecedor e ao grau de desenvolvimento urbano e industrial no país que não exigia um alto consumo.

Segundo SILVEIRA e COUTINHO, "Naquela época, não convinha aos trustes internacionais a descoberta do petróleo no Brasil. O combustível jorrava abundantemente em outras

(7) "Desde que o México, em 1900 e 1910, e a Venezuela na década de 30, e finalmente o fabuloso Oriente Médio começaram a exportar petróleo, o Brasil deixou de ter qualquer probabilidade de atrair o capital petrolífero estrangeiro. Sem dúvida, as principais companhias de petróleo (conhecidas como 'as grandes') mantinham-se em contato com os projetos de desenvolvimento do petróleo Brasileiro, e sob certas circunstâncias estariam dispostas a arriscar algum capital...

"Mas o isolamento do Brasil em relação aos grandes centros consumidores, o seu mercado interno em crescimento mas ainda modesto (apenas um quarto do argentino em 1935) e as precárias condições de transporte constituíram outros fatores a explicar o fato de durante muitos anos as companhias estrangeiras de petróleo não terem feito nenhuma proposta séria para pesquisar petróleo no país.

Em 1930, a Jersey Standard fundou a Cia. Geral de Petróleo Pan-Brasileira S.A., uma subsidiária de capital norte-americano para obtenção e desenvolvimento de concessões petrolíferas. Em determinada época, a Pan-Brasileira detinha nada menos de 96 concessões privadas e áreas petrolíferas, mas esses contratos foram todos cancelados com a entrada em vigor do Código de Minas de 1934, que tornou a riqueza do subsolo propriedade da nação. A Pan-Americana foi dissolvida em 1941, quando as subsidiárias de propriedade estrangeira organizadas para fins de exploração foram declaradas fora da lei pelo decreto lei 2.627, de 1º de agosto de 1940." WIRTH, John D.. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

plagas e maior abundância viria depreciar o seu comércio. O que lhes interessava era manter um perfeito controle do petróleo mundial a fim de poder impor a sua política de preços. Em consequência disso, precisamente, tornou-se necessário aos trustes impedir o aparecimento de petróleo no Brasil. E impediram (...) através de toda espécie de chantagem, em que o suborno e a corrupção não estiveram ausentes, inclusive sobre governadores de Estado, que se deixavam peitar a troco de um empréstimo qualquer. Mas isso ainda não bastava aos trustes. Havia patriotas que insistiam na existência do petróleo brasileiro, o que os incomodava. Planificaram, então, conquistar as terras onde houvesse indícios de petróleo, a fim de guardá-las como reserva. E começaram a fazê-lo na Amazônia.”⁽⁸⁾

Essas concessões, aludidas pelos autores citados, também têm referência em TÁVORA, e consta que o Estado do Amazonas concedeu, pouco antes de 1930, um território de 1 milhão de km quadrados a três empresas estrangeiras, sendo uma delas a Standard Oil. Depreende-se daí que existia uma polêmica muito grande, à época, em torno do interesse do capital estrangeiro no nosso petróleo e no descaso dos órgãos públicos em procurá-lo com mais regularidade.”⁽⁹⁾

(8) SILVEIRA, Joel e COUTINHO, Lourival. *O petróleo no Brasil: traição e vitória*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957, p. 295.

(9) TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 15.

Entretanto, podemos considerar que, por nossa economia estar voltada para a agricultura e as oligarquias agrárias estarem fortalecidas pelo processo republicano e pelo federalismo, o país não tinha total consciência da importância do petróleo para o nosso desenvolvimento industrial e urbano.

No início da década de 40, nossa principal fonte de energia ainda era a lenha: até o final dos anos 20, a preocupação com o petróleo era extremamente diluída, não adquirindo a importância política, inclusive, que viria a ter posteriormente. Nessa época o sistema político dependia economicamente da exportação de café, que até o final da década de 30 manteve os grandes proprietários de terra no poder.

Decorrente da crise de 29, a revolução de 30 fez ascender ao poder elementos nacionalistas - os tenentes -, representantes da indústria nascente e da classe média urbana, que tinham uma visão diferente da elite agrária e impuseram uma nova orientação à vida política. Essa orientação era dada "pelo impulso centralizador que marcou toda a atividade política e administrativa da época, associada a uma tendência a redefinir os problemas, até então circunscritos às esferas de poder estaduais, de um ponto de vista mais amplo, como problemas nacionais." (10)

(10) COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 11.

Esse acontecimento irá representar uma etapa importante no processo de modernização da sociedade brasileira, tendo o Brasil sofrido rápidas e profundas mudanças sociais, políticas e econômicas.

No caso específico da nossa indústria mineira, ao se iniciar o governo revolucionário de 1930, a situação era de incapacidade técnica e financeira dos proprietários do solo. Havia interesse de empresas estrangeiras em adquirir vasta áreas, já que, pelo regime acessório, o proprietário do solo ficava investido dos direitos do subsolo. Além disso, não havia controle técnico e financeiro das atividades das empresas nacionais e estrangeiras e todos tinham notícia de concessões escandalosas para a exploração do subsolo.

As principais providências tomadas pelo novo governo foram a centralização normativa da matéria na esfera federal, medidas de proteção às riquezas naturais do país e a racionalização dos respectivos processos de exploração.

Antes do término do ano de 1931, o Governo Federal anulou a Constituição de 1891 e decretou o seu direito de autorizar a pesquisa e a lavra dos recursos minerais em todo o território.

Seria, também, depois de 1930, que o Ministério da Agricultura dotaria o Serviço Geológico e Mineralógico de condições mínimas para a pesquisa, apesar de ainda serem

bastante insuficientes. Estando à frente do Ministério, o Gal. Juarez Távora encetou diversas manifestações, sendo por fim criada, em 1933, a Diretoria Geral de Produção Mineral, fruto de inúmeras transformações daquele Serviço.

Em marco do ano seguinte, a Diretoria Geral passou a Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) para o qual foram transferidas todas as propriedades minerais, licenças de prospecção e concessões de mineração que eram de jurisdição dos estados. Além disso, os mais afamados geólogos⁽¹¹⁾ do petróleo no Brasil passaram a trabalhar nesse novo órgão, que passou a centralizar "toda a atividade administrativa nacional, referente à exploração das riquezas do subsolo e da energia hidráulica."⁽¹²⁾

Essa orientação imprimiria um novo caráter à Constituição de 34, que espelhariam um traço nitidamente nacionalista, no assunto referente ao petróleo.

Foi importante a atuação do Gal. Juarez Távora, Ministro da Agricultura, na época, perante a Assembléia Nacional Constituinte, no sentido da defesa dos anteprojetos dos Códigos de Minas e de Águas, elaborados por subcomissões da Grande Comissão Legislativa, "organizada pelo Decreto nº 19.689 de 10 de fevereiro de 1931"⁽¹³⁾. As subcomissões de

(11) Domingos Fleury da Rocha, Glycon de Paiva Teixeira e Irnack Carvalho do Amaral.

(12) TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 20.

(13) TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, p. 20.

Minas e de Águas eram chefiadas por Pandiá Calógeras e Alfredo Valadão, respectivamente.

Juarez Távora assegurou a incorporação de dispositivos importantes "de toda a legislação nacionalista sobre os recursos minerais do país"⁽¹⁴⁾, constantes do anteprojeto: a propriedade do subsolo das terras de particulares para o Estado e a competência do Estado de conceder direito à pesquisa.

A Constituição de 1934 garantiria, então, os seguintes princípios normativos: competência da União para legislar sobre bens de domínio federal, riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia hidrelétrica, florestal, caça e pesca; a limitação do direito de propriedade; a abolição implícita do direito de acessão; instituição do regime de autorizações e concessões para a exploração das riquezas do subsolo; restrições sobre a nacionalidade dos concessionários de exploração.

Em julho de 1934, a Assembléia encerrou seus trabalhos, promulgando uma constituição ainda nitidamente liberal em sua forma política, incorporando, entretanto, a maioria das inovações introduzidas pela Revolução, no domínio econômico, e adotando explicitamente princípios nacionalistas e intervencionistas.

(14) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 20.

é no rasto dessa feição nacionalista e na conscientização sobre o problema do petróleo que se elaborou, também em 1934, o Código de Minas, sendo promulgado uma semana após a Constituição. "Analisando as transformações observadas na década de 1930 Gabriel Cohn chega à conclusão de que o impulso para mudanças era vigoroso 'e as medidas que o governo tomavam tinham, por vezes, maior alcance do que seus próprios autores cogitavam'. Para ele, por exemplo, o Código de Minas de 1934 (aprovado pelo Decreto no 26.642 de julho de 1934) foi um bom exemplo disso: estabelecia que a propriedade do subsolo passava a se desvincular da propriedade do solo, eliminando-se o regime de acessão (o dono do solo era também o dono do subsolo) que vigorava desde 1981. Para Armando Vidal, com o Código de Minas o governo procedeu a 'uma das maiores revoluções em matéria de propriedade privada, sem que a maioria da população desse mostra de se aperceber dessa radical modificação, enquanto a União adquiria patrimônio inestimável'." (15)

O Código de Minas foi elaborado tomando como base o anteprojeto organizado por Pandiá Calógeras e as suas disposições fundamentais tiveram em vista os seguintes aspectos: definição e classificação das jazidas e minas, o regime de exploração, restrições relativas à nacionalidade dos concessionários, racionalização da indústria mineira,

(15) COTTA, Pery. *O petróleo é nosso?* Rio de Janeiro: Quavira, 1975, p. 233.

regime de propriedade das jazidas e favores e facilidades concedidas à indústria mineira.

Até aquele momento, desconhecia-se a intensidade do interesse do capital internacional na exploração de jazidas, o que não acontecia com os nacionais, que reclamavam da legislação restritiva, apesar de o Estado suprir suas lacunas.

A Constituição de 1937 iria aprofundar o caráter nacionalista da de 1934, ao explicitar a impossibilidade de haver participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo, em lugar simplesmente de empresas organizadas no país, como preceituava a Constituição de 1934. As principais modificações foram a exigência da nacionalidade brasileira para os acionistas das empresas de mineração⁽¹⁶⁾ e a supressão do Artigo 12 das Disposições Transitórias da Constituição anterior⁽¹⁷⁾, que mandava adaptar os contratos já existentes às normas da nova legislação.

A intervenção do Estado na vida econômica ganhou uma dimensão bem mais ampla durante o Estado Novo, em função da

(16) Comparem-se os dois artigos: "Art. 119. Parágrafo 1º. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou coparticipação nos lucros." (Constituição de 1934).

"Art. 143. Parágrafo 1º. A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros." (Constituição de 1937).

(17) "Art. 12. Os particulares ou empresas que ao tempo da promulgação desta Constituição explorarem a indústria de energia hidro-eletrica ou de mineração, ficarão sujeitos às normas de regulamentação que forem consagradas na lei federal, procedendo-se, para este efeito, à revisão dos contratos existentes." (Constituição de 1934).

própria natureza do regime político implantado em 1937 e das circunstâncias externas advindas da Segunda Guerra Mundial. Isso assegurou ao Estado o direito de intervir diretamente nas atividades produtivas para suprir as deficiências da iniciativa privada.

O petróleo, que sempre foi tratada como problema nacional, passou aos poucos a assumir a envergadura de questão de segurança nacional, por pressão de circunstâncias externas. Para COHN: "Foi preciso que fatores de origem externa se conjugassem aos internos à nação para que se articulasse um novo padrão de atividade do setor público nessa área nuclear da economia. Entre eles, o fundamental é dado pela evolução política internacional na época, que prenunciava com crescente clareza uma nova guerra mundial." (18)

Com a iminência da Segunda Guerra, o golpe de Estado de 1937 - que centralizou o poder nas mãos de Vargas - e a possível crise de abastecimento de petróleo, a ação dos militares, enquanto um novo grupo social, se fez mais presente, apesar de terem sempre exercido sua influência, muitas vezes "à margem do aparelho administrativo, mas plenamente integrado na política do governo central." (19)

Um pouco da história foi contada. Podemos então passar no capítulo seguinte, para a constituição do Conselho Nacional

(18) COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 44.

(19) COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 44.

do Petróleo, órgão criado em 1938, fruto da necessidade de dar respostas mais ágeis ao problema da exploração do petróleo.

Este capítulo será inteiramente dedicado aos seus primeiros 5 anos de funcionamento, tendo como seu primeiro presidente o Gal. Horta Barbosa, ferrenho defensor do monopólio estatal. Nele, serão vistas as dificuldades do órgão em dar sequência às suas atribuições, tendo como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial.

Capítulo 2: O Conselho Nacional do Petróleo

Ainda durante o período anterior ao Estado Novo, as relações entre a empresa privada nacional de petróleo e o Estado, que haviam sido marcadas pela cooperação, aos poucos iam deteriorando-se, passando em diversos momentos a assumir a proporção de debate público, em que críticas e denúncias vão se avolumando.

A principal causa dessa deterioração era o descrédito do Serviço responsável em verificar se as denúncias de existência de petróleo eram fundadas. Exemplo disso foi a briga com Oscar Cordeiro⁽²⁰⁾, em 1931, que denunciou a existência do óleo em Lobato, na Bahia, e somente em 1936, o órgão resolveu verificar sua existência. Outro conflito ocorreu, também, entre a Companhia Petróleo Nacional e, posteriormente, Companhia Petróleos do Brasil, ambas dirigidas por Monteiro Lobato, que verificaram a existência do óleo em Riacho Doce, Alagoas e Araquá, São Paulo, respectivamente em 1932 e 1933.

(20) Interessante reproduzir uma das notas sobre esta personagem e de como encontrou petróleo em Lobato: Oscar Cordeiro era um jovem seminarista que, ao desistir da carreira sacerdotal, se voltou para as atividades comerciais, chegando a ocupar a presidência da Bolsa de Mercadorias, de Salvador. Mas a isto aliava o interesse pela pesquisa mineral, o que o levava a frequentes excursões pelas imediações da capital baiana. Foi assim que um dia deparou com um "pai de santo", em Lobato, que se queixava do vizinho, acusando-o de pôr querosene na cisterna em que se abastecia de água para beber. Curioso, Cordeiro resolveu investigar o caso. Valendo-se de um trado, começou a sondar o terreno. Finalmente, depois de alguns dias, verificou com grande surpresa que aquilo não era querosene, mas petróleo bruto que jorrava do chão. A partir daí teve início sua odisséia, que terminaria por levá-lo à ruína, apesar de ver confirmados os seus prognósticos." LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 176.

Esse conflito foi novamente gerado pelo debate entre o Serviço, que dizia não haver óleo naquelas localidades, e Monteiro Lobato, que atribuía essa posição a ligações do órgão com as empresas estrangeiras, que estariam adquirindo grandes extensões de terras e para isso fomentavam boatos de que não tínhamos petróleo.

Esse tipo de crítica seria fruto de inúmeras controvérsias, inclusive dentro do próprio órgão, gerando denúncias de ligações com o capital estrangeiro.

Verdadeiras ou não, essas ligações provocaram uma mudança importante: o debate em torno do petróleo assumiu outra proporção, tornando-se mais agitado e popular. ⁽²¹⁾

SMITH irá sintetizar bem a divergência: "O conflito entre os dois tipos de nacionalismo tornou-se cada vez mais áspero. Ambos os lados - governo e indústria privada - queriam excluir os estrangeiros da pesquisa do petróleo, mas a indústria dispunha-se a arriscar seu dinheiro e queria que outros partilhassem do risco, enquanto o governo procurava proteger os cidadãos para que não fossem vitimados por companhias particulares superentusiasmadas." ⁽²²⁾

(21) O livro de Lobato, *O Escândalo do petróleo*, foi bastante lido e apossou o interesse do povo brasileiro pela matéria, antes de ser proibido, após a sua 4a. edição.

(22) SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p. 44.

Esses acontecimentos culminaram com a constituição de um inquérito oficial, solicitado pelo então Ministro da Agricultura, Odilon Braga.⁽²³⁾

Durante sua administração - posterior à de Juarez Távora - o Ministério continuaria a sofrer severas críticas, mais exatamente por inoperância e supostas ligações com o capital estrangeiro.

Entretanto, nunca se puderam comprovar as ligações e, se pouco foi feito de concreto naquela época, na verdade foi mais por incapacidade técnica e falta de recursos.

É dentro desse clima que, em 1938, Horta Barbosa, então subchefe do Estado Maior do Exército, propôs ao Presidente que o petróleo se tornasse monopólio do Estado. Embora concordasse que a distribuição dos derivados de petróleo continuasse nas mãos de empresas estrangeiras, via a nacionalização da atividade de refino como algo essencial para a criação de uma indústria nacional de petróleo, pois acreditava que ela era a chave para o financiamento das atividades de pesquisa e produção, onde se concentravam os riscos da indústria petrolífera.⁽²⁴⁾

Em 1939, Horta Barbosa visitara o Uruguai e, entusiasmado com os resultados da indústria de refino naquele país,

(23) Odilon Braga iria ganhar maior destaque, posteriormente, em eventos decisivos para o petróleo.

(24) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: da monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1977, p.24.

consolidou sua tese de monopólio estatal, pois mostravam que o petróleo poderia autofinanciar-se.⁽²⁵⁾

A proposta de monopólio do petróleo foi examinada por uma comissão especial do Conselho Federal de Comércio Exterior⁽²⁶⁾, constituída por Vargas. De seus estudos o Governo adotou três medidas, "que marcaram o desenvolvimento da indústria nacional de petróleo. A primeira delas consistiu em exigir a nacionalização brasileira para os acionistas de empresas de mineração. Este dispositivo, inserido na Constituição de 1937, eliminou não só o capital

(25) Em relatório ao Presidente da República, Horta Barbosa observa estes resultados: "Mas, Sr. Presidente, essa vitória do organismo estatal não foi alcançada senão à custa de grandes esforços, enfrentando a ofensiva do truste internacional, multiforme em seus processos e métodos para evitar a criação desta indústria-base, indo desde o suborno da imprensa e homens do governo até o ataque pessoal à honrabilidade dos homens a quem o Governo Uruguaio confiara a tarefa honrosa e árdua de libertar o país da tutela estrangeira no setor do petróleo. por vezes, falseando dados, chegaram a impressionar os dirigentes do país amigo e quase levá-los à certeza de que a implantação da indústria de refinação traria prejuízos e ônus ao Estado, além do encarecimento certo dos combustíveis. Procuraram, principalmente, demonstrar que não seria econômica uma refinaria com a capacidade de 4.000 barris diários, quando as que possui o truste destilam mais de 10000 barris; afirmaram que o Governo uruguaio não teria onde comprar o óleo bruto e, se o conseguisse, não haveria como transportá-lo; declararam que nenhuma das grandes companhias que fabricam destilarias se apresentaria à concorrência pública, pois não teriam coragem de contrariar os interesses dos seus maiores clientes; esclareceram que, na hipótese de o Governo uruguaio chegar a montar refinarias, não teria como fazê-las funcionar eficientemente pela falta de técnicos especializados e que conhecessem os segredos de tão complexa indústria; insistiram, sobretudo, em que o Uruguai não possuía dinheiro bastante em divisas internacionais para adquirir um parque industrial de elevado custo inicial. Não seria de mais esclarecedor que essa solerte ofensiva, desfechada com vigor e inteligência, nunca partiu ostensivamente das companhias estrangeiras. Estas sempre agiram e ainda agem por intermédio de terceiros, quase sempre nacionais, buscando freqüentemente a aliança das oposições e dos descontentes, que os há em toda parte. Grandes clientes de publicidade, generosamente paga em uma imprensa relativamente pobre, obtêm com isso, quando não a campanha aberta contra o organismo estatal, pelo menos o silêncio, sem uma palavra de defesa. o Governo uruguaio enfrentou e venceu em curto prazo todas as dificuldades, agindo com coragem e acerto, e sobretudo confiando e apoiando os homens a quem havia cometido a solução do problema." Citado por SILVEIRA, Joel e COUTINHO, Lourival. *O petróleo no Brasil: traição e vitória*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957, p. 370.

(26) Criado em 1934, como órgão consultivo do Ministério da Relações Exteriores, sofreu reformas em fins de 1937 para abranger no seu campo de estudos tudo o que se referisse às relações econômico-financeira do país com o exterior. No Estado Novo passou a ter função deliberativa, tendo as confederações e federações ali representadas. Foi ele a máquina deliberativa e até legislativa do Estado Novo, sendo o órgão criador de toda a legislação econômica do país.

estrangeiro das atividades mineiras, como a participação de estrangeiros nacionalizados e radicados no país. A segunda medida, o Decreto-Lei no. 395, de 29 de abril de 1938, além de criar o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), declarou de utilidade pública o abastecimento de petróleo e vedou a participação de estrangeiros na indústria de refinação. A terceira medida, anterior a esta, declara que todos os campos produtores a serem descobertos no território nacional passariam a pertencer ao Governo Federal (Decreto-Lei no. 366, de 11 de abril de 1938).“⁽²⁷⁾

O CNP teve a realia de constituir-se como órgão autônomo - entrando em choque com o recém criado DASP -, diretamente ligado ao Presidente da República, tendo em vista a agilidade necessária ao bom termo de suas finalidades, quais sejam: pesquisar jazidas de petróleo e gás natural, diretamente ou através de terceiros; controlar a importação e o transporte de petróleo e derivados em território nacional e autorizar a instalação de refinarias no país. Opinava ainda sobre a conveniência do Governo Federal permitir que empresas privadas nacionais pesquisassem petróleo.

Órgão deliberativo, o CNP tinha como componentes os Ministérios Militares - com poder de veto - e os Ministérios da Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas e do

(27) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 23.

Trabalho, Indústria e Comércio, além de um representante das associações industriais e comerciais.

As atividades técnicas e administrativas foram legadas a três unidades: Divisão Técnica - responsável pela exploração e produção -, Divisão Econômica - responsável pela fiscalização do abastecimento e fixação dos preços internos - e Divisão Administrativa - responsável pela realização dos serviços de apoio administrativo.

Horta Barbosa, estreito colaborador de Vargas durante o Estado Novo, tinha toda liberdade de ação, tendo sido um de seus primeiros atos a encomenda de um conjunto completo de maquinário dos Estados Unidos. Além disso, apresentou a Vargas dois projetos de decretos: o primeiro que institua a criação de um imposto único federal sobre derivados de petróleo e o segundo que criaria a refinação nacional para fins de financiamento da pesquisa.

Em 1940, Vargas decretou um novo Código de Minas (Decreto-lei 1985 de 29 de janeiro de 1940), a fim de consolidar a legislação vigente. Reiterava o Código que somente o Governo Federal podia autorizar a pesquisa em propriedades públicas ou privadas e apenas a brasileiros, pessoas naturais ou jurídicas (constituídas estas de sócios ou acionistas brasileiros). O CNP ficaria encarregado de conceder as autorizações para as pesquisas de petróleo.

Diversas foram as dificuldades de funcionamento do CNP: faltava maquinário, mão-de-obra especializada e havia dificuldade em importar equipamentos devido a guerra.

Além disso, aliada à questão da insuficiência de recursos ⁽²⁸⁾ e à inoperância por vezes apontadas nos órgãos públicos, haveria a visão para alguns "estreita" de seu Presidente, Horta Barbosa (1938-43); o "CNP devia atuar no sentido de criar uma empresa capaz de operar pelo custo", sendo o Tesouro responsável pelos investimentos? ⁽²⁹⁾

Apesar de todas essas limitações, em 1939 - quase dez anos depois de sua denúncia -, em Lobato foi descoberto o primeiro poço produtor de petróleo, que não ultrapassou, no entanto, os 300 barris diários.

O CNP foi objeto de toda ordem de críticas, principalmente daqueles que não concordavam com o monopólio estatal - pessoas de evidência dentro do Governo - e dos adversários administrativos do órgão, o DASP ⁽³⁰⁾ -, mas trilhou, dentro dos limites já mencionados, alguns passos importantes na pesquisa do Recôncavo Baiano e no início da construção da

(28) O orçamento anual do órgão era de US 1,5 milhão, para o período de 1940 a 1943, o que em valores da época era modesto face às necessidades do órgão.

(29) LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 73.

(30) O DASP surgiu no Governo Vargas, sendo dirigido por Simões Lopes. Tinha como competência o orçamento da União e a organização e racionalização do serviço público. No final do Estado Novo, Simões Lopes, com apoio de Getúlio Vargas, criou a Fundação Getúlio Vargas.

Refinaria de Mataripe, na mesma região. Conseguiu ainda a importação de sondas rotativas dos Estados Unidos.

Para Jesus Soares Pessoa, funcionário do CNP à época e colaborador direto de Vargas na sua segunda gestão, já de natureza constitucional, o passo mais importante dado pelo Conselho foi a criação do imposto único sobre combustível e lubrificantes líquidos minerais, eliminando os antigos tributos aplicados sobre combustíveis, taxados pelos Estados⁽³¹⁾. Ficaria a cargo do Governo Federal estabelecer seu valor e recolhê-lo, depois distribuir parte dele aos Estados e Municípios, destinando tanto a parte corresponde a da União como a dos Estados e Municípios a investimentos em rodovias⁽³²⁾.

Com esse imposto (criado através do Decreto-lei nº 2.615 de 21 de setembro de 1940) "surgia a semente da expansão da indústria refinadora do país. Isto porque fixava a tributação do petróleo produzido internamente em apenas 75% do valor do imposto de consumo incidente sobre o importado. Ficava assim estabelecida uma margem preferencial - caracterizada pelo incentivo fiscal - da ordem de 25%."⁽³³⁾

(31) Eliminava os outros tributos, que incidiam sobre a venda de quaisquer produtos. O efeito do imposto único era eliminar qualquer outro tributo, principalmente sobre venda.

(32) Com isso pretendia-se incentivar o consumo de petróleo e marcava-se a opção do Governo pelo incentivo ao transporte rodoviário, que consumia mais combustível.

(33) COTTA, Pery. *O Petróleo é nosso?* Rio de Janeiro: Guavira, 1975, p. 251.

A criação do imposto único foi feita através de uma emenda à Constituição de 37, dispositivo que foi mantido na de 1946, sendo considerado importantíssimo por Jesus Soares Pessoa para a constituição da Petrobrás.⁽³⁴⁾

Entretanto, apesar da introdução do imposto único, e dos avanços no Recôncavo Baiano (descobriram-se três novos campos - Candeias, Aratu, Itaparica -, dos quais somente dois tinham dimensão comercial), o CNP pouco pode fazer durante a estada de Horta Barbosa na Presidência. Deve-se lembrar que nessa fase havia estourado a Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil se envolveu diretamente em 1942. Isso teria que causar problemas para a ação do CNP. Em face das dificuldades causadas pela própria situação de exceção, inclusive com os naturais problemas de importação, não foi possível naquela fase, por um lado, concretizar-se a instalação de refinarias, uma das principais propostas de Horta Barbosa. Por outro lado, as irregularidades do abastecimento obrigaram o CNP a se concentrar em problemas de racionamento de combustíveis. Além disso, por motivo de política internacional e de oportunidades daí decorrentes, o Governo Vargas passou a priorizar a instalação da siderurgia.

(34) LIMA, Medeiros. *Petóleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

Ainda na gestão de Horta Barbosa, já durante a Segunda Guerra Mundial, deu-se o episódio da reivindicação da Standard Oil of New Jersey para a exploração do petróleo.

Vale registrar que passou a ser crescente o interesse do capital estrangeiro na exploração do petróleo no Brasil, naquela fase já pensando nos seus interesses de pós-guerra e, à medida que o conflito prosseguia, procurando beneficiar-se do ambiente favorável, derivado da crescente aproximação do Brasil e dos seus aliados anglo-americanos.

A empresa americana tentou avançar por três vezes, sendo a primeira da série em 1940, quando sugeriu ao Presidente da República a sua participação na pesquisa, se fosse possível estabelecer uma base jurídica segura e estável.

Horta Barbosa, em outubro de 1942, iria comentar essas propostas, dizendo que via duplo perigo na alienação dos recursos petrolíferos brasileiros a empresas estrangeiras: "não somente essas companhias estavam menos interessadas nas particulares necessidades da economia brasileira do que em seus próprios lucros de âmbito mundial, como também eram agentes da política externa americana em primeiro grau." Além disso, "tratava-se de um procedimento fora do comum, pois a rotina dessas companhias consistia em transportar quantidades relativamente pequenas de petróleo cru através dos oceanos, preferindo refiná-lo perto da fonte, em imensas

refinarias (...). A razão daquelas propostas deve ser encontrada na necessidade de as empresas protegerem sua posição no mercado do Brasil. Desejavam elas, na prática, investir-se de direitos legais anteriormente a qualquer nova legislação restritiva, bem como a antecipar-se, no refino, ao governo e aos interesses privados nacionais (...). O refino era o único setor da indústria que atraía o capital brasileiro.”(35)

Horta conseguiu influenciar a decisão do então Presidente da República, sendo negada, portanto, a participação da companhia estrangeira na refinação do petróleo.”(36)

Alguns autores enfatizam a importância do CNP, principalmente na “área das decisões que afetam de modo global a economia do país e dizem respeito às grandes linhas da política do petróleo”(37). Ao invés de uma mera ação administrativa e produtiva, o CNP passou a assumir a vanguarda no bloqueio aos interesses manifestados por empresas petrolíferas internacionais.

Entretanto, é justo considerar que todas as medidas e iniciativas tomadas à época foram possíveis devido à

(35) WIRTH, John D.. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

(36) O Estado-Maior do Exército concordou com a posição de Horta Barbosa, apesar de o Gabinete do Presidente Vargas ter-se dividido. Entretanto, o Ministro da Guerra, à época, Gal. Eurico Gaspar Dutra, teve firme participação, no sentido de convencer Vargas a rejeitar as propostas da empresa.

(37) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 31.

centralização do poder nas mãos de Vargas. Com a instauração do Estado Novo, Vargas suprimiu o Congresso Nacional e os partidos políticos e dissolveu as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais, enfeixando em suas mãos todo o poder executivo e legislativo. Todos os atos legislativos emanavam do chefe de governo mediante decretos-lei, ordens, portarias. O país, a partir daí, assistiu a uma proliferação de organismos governamentais, com a finalidade de atuar em diversos segmentos da economia. O Estado, durante a Segunda Guerra, assumiu diretamente o direcionamento de alguns projetos, visando a diversificar a estrutura produtiva interna, evitando assim a dependência externa, motivo de preocupações durante o período.

Postas as dificuldades do Conselho, transcorreu um período de tentativas de mudanças no tipo de política adotada pelo órgão em relação principalmente à participação do capital estrangeiro. O país já não era mais o mesmo e a Constituição de 1946 refletiria essas transformações. O projeto do "Estatuto do Petróleo" foi elaborado numa tentativa de adaptar a legislação do petróleo à Constituição. Nessa fase foi fundamental a campanha "O petróleo é nosso", que garantiria em síntese a orientação anterior do Conselho Nacional do Petróleo e marcaria o caminho a ser na política do petróleo até a criação da Petrobrás.

Capítulo 3: "O petróleo é nosso"

As graves dificuldades vividas pelo país, durante a guerra, criaram situações inclusive de racionamento, em face da escassez de estoques e do difícil suprimento, e prejudicaram sobremaneira as atividades do CNP. Em 1943, a produção nacional era de 300 barris por dia, ou seja, 1% do consumo nacional e a guerra ainda duraria por mais 2 anos.

Este era o cenário e para muitos parecia incrível, que, estando o país precisando desesperadamente de combustível, recusasse ajuda externa. O órgão mais uma vez foi motivo de críticas ferrenhas, mesmo por aqueles que, embora concordassem com a exclusão do capital estrangeiro, estavam inconformados com o que consideravam inoperância. O órgão, dependente de recursos orçamentários, não chegou na época a desenvolver as atividades de refino, cujos lucros deveriam financiar a exploração, conforme idealizara Horta Barbosa. "As esperanças de Horta na implantação das refinarias estatais se reacenderam por um breve período quando, por força dos Acordos de Washington, de 1942, os Estados Unidos anuíram em reservar 100 milhões de dólares para a expansão industrial do Brasil. Horta solicitou financiamento para a compra de torres de perfuração e de uma refinaria usada em Houston (...). Washington não atendeu aos pedidos de Horta. Cheios de compromissos militares e empenhados em financiar Volta Redonda, os norte-americanos não queriam saber de

refinarias sem um papel imediato no esquema de defesa e que, além disso, situavam-se na esfera habitual dos investimentos das companhias privadas norte-americanas.”⁽³⁸⁾

A 16 de agosto de 1943, Horta Barbosa demitiu-se da presidência do CNP, sendo esta assumida pelo Cel. João Carlos Barreto, que tentaria mudar os rumos da política nacionalista, traçada pelo antigo presidente. Para ele, era muito mais importante e premente o desenvolvimento da descoberta e exploração do petróleo do que a manutenção de controles nacionalistas, mesmo porque era abertamente receptivo à idéia da participação estrangeira.⁽³⁹⁾

Entretanto, a gestão de Cel. João Carlos Barreto, sofreria dos mesmos problemas que a de Horta Barbosa: o racionamento e as dificuldades de importação de máquinas necessárias à pesquisa.

O então presidente assinalava que “relativamente ao material, pode-se afirmar que em fins de 1943, os trabalhos de campo na Bahia estavam ameaçados de quase completa paralisação”: isto porque, com relação às encomendas que haviam sido feitas nos Estados Unidos, estava havendo

(38) WIRTH, John D.. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973, s/p.

A criação da indústria de refinação de petróleo no Brasil era a principal preocupação de Horta Barbosa. Foi na realidade sua grande batalha e, não conseguindo-a da forma como havia idealizado, através do monopólio estatal, foi uma das razões que o levou a exonerar-se do cargo em 1943.

(39) João Carlos Barreto não era identificado com o Presidente Getúlio Vargas, e toda sua tendência contrariava a política econômica expressa pela Constituição de 1937. Entretanto, conseguiu influenciar o Presidente, fazendo que ele abrisse concessões para o petróleo a empresas organizadas no país.

"dificuldades para se obter a autorização de licenças de exportação e posterior prioridade de embarque." (40)

É comum os autores relacionarem as dificuldades de importação à guerra, mas também não deixa de haver uma certa má vontade por parte de autoridades norte-americanas, em função de nossa legislação restritiva ao capital estrangeiro. Essas pressões vinham manifestando-se desde a descoberta de petróleo em Lobato. (41)

Foi com base nessas dificuldades que o novo presidente do CNP propôs mudanças na política do petróleo: "a pesquisa e a industrialização do petróleo requeriam grandes somas de capital e mão-de-obra especializada, insuficientes no país."; "recomendava que, tomadas as precauções necessárias à manutenção da segurança nacional, o governo autorizasse o concurso de capitais estrangeiros na pesquisa e produção de petróleo e na sua refinação." (42)

A partir de 1945, novos elementos passariam a influir na política do petróleo adotada até então. Grupos econômicos ligados à indústria e ao comércio, fortalecidos pela

(40) BRASIL. *Conselho Nacional do Petróleo. Relatório de 1944* - Rio, 1946.

(41) "Convém lembrar, contudo, que as dificuldades de obtenção de equipamentos nos Estados Unidos nem sempre tinham sua origem circunscrita a situações excepcionais desse tipo. Havia, por certo, pressões de natureza mais profunda, que se vinham manifestando desde o período anterior à guerra. Logo após a descoberta do petróleo em Lobato, em inícios de 1939, os esforços do Conselho Nacional do Petróleo no sentido de assegurar a continuidade de seus trabalhos de pesquisa pela compra de novo equipamento esbarraram em resistências desse tipo." (COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 66.)

(42) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 30.

política de substituição de importações, manifestariam sua influência na mudança da política adotada, no sentido da liberação da exploração das minas e do petróleo à iniciativa privada, inclusive com a participação do capital estrangeiro.⁽⁴³⁾

COHN define bem este momento de mudança interna: "O ano de 1945 marca o início de uma redefinição profunda em todos os setores da vida política e econômica brasileira. O fim da guerra, com suas implicações em termos de mudança da distribuição internacional de poder; a queda do governo ditatorial de Getúlio Vargas; o impulso no sentido da "redemocratização" nacional, consubstanciado na formação dos partidos políticos e na convocação da Assembleia Constituinte; o fortalecimento do setor industrial, beneficiado pelas vicissitudes nacionais e internacionais do período posterior a 1930; todos esses são fenômenos

(43) "As tendências liberalizantes então voltavam a ascender. O governo começava a sofrer pressões de todos os lados, no sentido de abandonar suas restrições aos capitais estrangeiros e de realizar uma política aberta e de cooperação estreita com seus aliados de guerra. Em 1943, por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, Roberto Simonsen comandou um movimento favorável a revisão do Código de Minas". Em 1945 é realizada a Conferência das Classes Produtoras do Brasil em Teresópolis e entre suas recomendações figura o estímulo à "prospecção e perfuração de poços para a descoberta do Petróleo, pois que sua exploração intensiva é uma das maiores aspirações nacionais. Aconselham o amparo à iniciativa particular, bem como se admitia a cooperação de técnicos e capitais estrangeiros para a realização deste objetivo." (Citado em LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 78.)

Ainda sobre o assunto, havia o debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin do Conselho de Política Industrial e Comercial e da Comissão de Planejamento, respectivamente. Gudin, contrário à posição de Simonsen em relação à intervenção do Estado na economia, através de seus planos quinquenais, considerava que primeiro era necessário colocar ordem na economia, que, estando em ordem, seguiria seu curso normal. Entretanto, Gudin acabou admitindo a intervenção dos Estados através de medidas de ordem geral e incentivos. (KORFF, Eurico. *Empresários x Governo. Problemas Brasileiros*, nº 279, maio/junho 1990.

interligados, e suficientemente profundos para terem repercussões também na política do petróleo.”⁽⁴⁴⁾

Assim, dentro dessa visão, contrária à política anterior, o CNP conseguiu autorização para a instalação de refinarias controladas por capital privado brasileiro. A publicação desse ato (Resolução no 1) deu-se um dia após a deposição de Vargas, evidenciando que haveria pressão dos grupos econômicos, com apoio do próprio órgão responsável pela política do petróleo.

Com a eleição do Gal. Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República, em 1945, as propostas do Cel. João Barreto, adquiriram ressonância e não sofreram limitações do novo Presidente quando apareceram sob a forma de dispositivos que relaxavam as restrições existentes ao desenvolvimento do petróleo.

A posição dos militares também sofreria mudanças. O racionamento provocado pela Guerra e a queda do totalitarismo levaram a uma nova visão sobre a questão, fazendo que alguns deles se aproximassem da posição de Barreto.

Para alguns, a atitude rigidamente nacionalista de Horta Barbosa era tão anacrônica quanto o Estado Novo, naquela

(44) COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 71.

fase de redemocratização, se bem que ainda insistissem na regulamentação e controle estatal do petróleo.

Com as forças armadas assumindo essa posição liberal, também o setor privado passou a defender o liberalismo econômico e a abertura ao capital estrangeiro.

Com a Constituição de 1946, aumentou a participação estrangeira na indústria nacional do petróleo, uma vez que havia a preocupação de impedir a deturpação do conceito de nacionalismo, em função da Segunda Guerra e das suas conseqüências. Dessa forma, o desenvolvimento do petróleo ficou a cargo de brasileiros, ou de "sociedades organizadas no país", sem qualquer referência à nacionalidade dos seus acionistas.

Dentro desse novo espírito, Dutra procurou criar uma refinaria na Bahia, com a novidade de ser uma empresa de economia mista, quando propôs à Câmara dos Deputados que fosse permitida a participação estrangeira na refinação do petróleo até o limite de 40% das ações.

Ainda assim, esta refinaria só entraria em funcionamento dez anos depois e com capital totalmente estatal.

Em 1947, Dutra nomeou uma comissão para estudar e propor uma alternativa à política vigente e principalmente adequar a legislação do Petróleo à Constituição de 46, mais claramente

ao seu artigo 153: " O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei; Parágrafo 1o. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurado ao proprietário do solo preferência para a exploração." (45)

COHN explica esse retrocesso em função da desarticulação dos grupos mais progressistas no Congresso e do medo dos grupos conservadores (mais articulados) com a ascensão das massas, nas quais Getúlio se apoiara, na tentativa de garantir o poder e, no aparecimento de representantes comunistas e socialistas no Congresso. (46)

Essa abertura ao capital privado, e até sem restrições mais categóricas quanto a sua origem, sucede numa fase de domínio de forças liberais e conservadoras congregadas em torno do

(45) O grifo é nosso. Constituição de 1946.

(46) "A impressão que se leva disso, ainda aceitando com a devida cautela as informações obtidas dessas polêmicas parlamentares, é que os adversários da plena abertura do acesso aos recursos minerais do país aos interesses de outras nações, através do dispositivo no art. 153, pouco mais fizeram do que insistir na denúncia sobre a influência externa na redação daquele artigo. Faltava, àqueles que poderiam ter combatido essa entrega a partir de uma posição nacionalista, qualquer organização que lhes permitisse uma ação coletiva na Assembléia Constituinte. Mais do que isso: careciam eles, pura e simplesmente - e em contraste com os grupos favoráveis a essa medida -, de posições solidamente firmadas; mesmo porque, para combater medidas dessa natureza, são necessários princípios ideológicos e doutrinários bem definidos a longo prazo, ao passo que, para aceitá-las, é suficiente a consideração por interesses a curto prazo; em regra, de natureza econômica. A desorientação era grande naquela parte da Assembléia que compreendia comunistas, socialistas, intelectuais ainda relativamente "desvinculados" provindos das classes médias urbanas (concentrados na UDN) e um conservador que há muito havia incorporado à sua atuação política posições de cunho nacionalista, como Arthur Bernardes. Essas falhas eram particularmente visíveis nos constituintes de esquerda, em especial os comunistas: por falta de diretrizes doutrinárias bem definidas mas flexíveis; por inexperiência parlamentar; e, sobretudo, por impossibilidade de contato com suas bases sociais. Esse contato, nas condições dadas, só poderia ser obtido em reuniões públicas, e essas eram proibidas e reprimidas pelo governo." (COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 83.)

PSB, UDN, PR (acordo interpartidário), não obstante a ascensão do PCB (antes de ser colocado na ilegalidade em 1947 pelo Governo Dutra).

Feita a adaptação da legislação do petróleo à Constituição de 1946, o segundo passo seria elaborar um projeto que incorporasse essas mudanças.

Assim, em 1947, foi apresentado pela "Comissão do Anteprojeto de Legislação do Petróleo", chefiada por Odilon Braga, ao Presidente Dutra, o projeto de "Estatuto do Petróleo".

Em pronunciamento proferido no Clube de Engenharia, Odilon Braga⁽⁴⁷⁾, a 7 de maio de 1947, dizia que a tarefa da comissão era esboçar leis que atraíssem capital estrangeiro para a indústria do petróleo e em que equilibrassem os extremos de monopólio estatal e livre utilização por concessões.

Nas palavras CARVALHO está resumido o conteúdo do projeto: "O Estatuto contemplava a participação de capitais privados estrangeiros em todas as atividades relacionadas com a indústria do petróleo. Entretanto, a refinação e o transporte de petróleo destinado ao mercado interno (...) seriam atribuídos a empresas particulares somente quando o

(47) Odilon Braga sempre foi criticado pela sua abertura ao capital estrangeiro e, como não poderia deixar de ser, partiu dele a proposta de "Estatuto do Petróleo".

mínimo de sessenta por cento de seu capital fosse controlado por brasileiros. Os concessionários estrangeiros poderiam, todavia, refinar e transportar para o exterior os derivados que excedessem o consumo interno do país.”(48)

Com isso, o Governo pretendia não só aumentar a produção como também o seu volume de reservas. Sendo descoberto petróleo em determinada região, parte dela seria considerada nacional, podendo ser concedida, desta vez com bases melhores para o concedente, visto já ter sido comprovada a existência de petróleo. Assim, o Governo contaria com outros recursos além dos orçamentários, criando um fundo nacional, que visaria à criação de uma indústria nacional de petróleo.

Enfim, encaminhado para o Congresso, o “Estatuto do Petróleo” suscitou enorme debate, envolvendo não só congressistas, mas a sociedade civil e os militares, visto que recolocava em cena a questão do nacionalismo. Apesar disso, as empresas estrangeiras consideravam ainda a legislação restritiva à sua participação. Em razão disso, é que é Wingate Man Anderson, ex-presidente da Standard Oil no Brasil, que declarou na época: “Com o conhecimento que possuímos dessa lei não acreditamos que a nossa companhia, ou qualquer outra empresa comercial, possa desenvolver com êxito as atividades de produção, de acordo com o que ela

(48) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 31.

estatui. é portanto, óbvio que não iríamos favorecer a promulgação dessa lei.”(49)

Interessados ou não, o certo é que a questão tomou enorme vulto, envolvendo praticamente todos os segmentos da sociedade. Aliás, foi exatamente pelo fato de o debate ter extrapolado o Congresso e ganhado as ruas, na campanha “O Petróleo é nosso” que o “Estatuto do Petróleo” foi finalmente arquivado.

Dois nomes importantes do Exército na época anteciparam o debate, proferindo conferências contra e a favor do “Estatuto”: Horta Barbosa e Juarez Távora, respectivamente.

Naquele momento entrou em cena novamente o Gal. Juarez Távora. Tendo ficado politicamente isolado durante o Estado Novo, continuou a manter uma firme postura nacionalista até sentir os efeitos da guerra sobre o suprimento de petróleo no Brasil. O petróleo era questão de segurança nacional, porém dada a dimensão da área a pesquisar e a urgência das medidas, o Brasil, segundo Juarez Távora, necessitava do capital, do equipamento e dos técnicos estrangeiros.

Acreditava sobretudo na pregação dos valores da democracia liberal, vitoriosos na guerra, e no espírito de cooperação e amizade entre os povos vitoriosos.

(49) LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 80.

A posição do General Távora provocou uma série de contestações. Horta Barbosa retornou à cena com o tema: "O petróleo pertence à nação, que deve dividi-lo, igualmente, por todos os seus filhos."⁽⁵⁰⁾ Recomendava ainda, a criação de uma indústria nacional de refino, com ou sem a descoberta de campos de petróleo. As refinarias poderiam importar óleo cru enquanto o mercado fosse livre. A pesquisa poderia ser financiada com os lucros da refinação e as futuras descobertas nacionais de petróleo poderiam ser processadas nas refinarias existentes.

Estavam, portanto, traçadas as frentes de batalha: Juarez Távora defendia a liberalização e Horta Barbosa era pelo prosseguimento do nacionalismo econômico até sua conclusão lógica: o monopólio estatal. "O fato de serem os dois oficiais de alta patente do exército mostra o quão profundamente estavam os militares divididos em torno do petróleo. Por sua posição decisiva na política e por ser o petróleo vital para a defesa nacional, a instituição militar colocava-se em posição-chave no debate."⁽⁵¹⁾

Os antagonistas encontravam terreno para suas conferências no Clube Militar e, além desse espaço, a oposição tinha o "Jornal de Debates", uma criação de Matos Pimenta, um dos

(50) Citado por SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, pp. 68, 247.

Horta Barbosa ainda defendia a sua tese sobre a capacidade que a indústria de refinação teria no financiamento do petróleo.

(51) SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p. 68-9.

grandes apologistas da solução nacionalista para o petróleo, que se abriu para os opositores do "Estatuto", enquanto toda a grande imprensa se mostrou favorável à sua aprovação.

Foi criado ainda o "Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional", com a participação do próprio Matos Pimenta e de outros dirigentes do "Jornal de Debates", bem como de militares nacionalistas, que congregava pessoas das mais diversas orientações partidárias, porém todas unidas em torno da defesa do petróleo e do nacionalismo.

O Centro organizou diversas manifestações públicas, envolvendo a população no debate, ao mesmo tempo em que exercia pressões diretas sobre deputados.

Os principais defensores e promotores da campanha "O petróleo é nosso" foram, em primeiro lugar, os militares; em segundo, os estudantes e, em terceiro, grupos de intelectuais nacionalistas, sendo que nenhum destes últimos era monolítico em suas idéias de nacionalismo econômico.

Entretanto, havia um outro componente, importantíssimo: grande parte da população apoiava a tese do monopólio, provavelmente estimulada pelo período democrático, que permitia a livre pregação dos ideais nacionalistas. «wz»

(52) De um modo geral a campanha do petróleo teve que lutar contra toda sorte de obstáculos, desde a falta de recursos até a repressão policial, fundamentada, basicamente, no domínio do movimento pelos comunistas. Sobre a participação dos comunistas no movimento, COHN assim a classifica: "A participação

Toda essa movimentação levou o Governo a transigir e a "esquecer" o Estatuto, preferindo, ainda no período de debates, surgir com uma nova iniciativa sob a forma do Plano SALTE, que deu um importante espaço ao petróleo.

Esse plano, elaborado pelo DASP, tinha como objetivo orientar e disciplinar os investimentos do setor público e lançava mão do planejamento para corrigir distorções que se faziam sentir sobretudo nos setores de transporte e energia.

No setor de energia, o plano estabelecia um programa quadrienal para o petróleo. As metas para o setor seriam: atendimento à demanda doméstica de derivados - 50.000 barris diários; instalação de uma refinaria que produzisse 45.000 barris de óleo cru diários; ampliação da refinaria de Mataripe, na Bahia, e aquisição de 15 petroleiros de 15.000 toneladas cada um. O plano permitia ainda a operação de refinarias particulares no Brasil, financiadas por capital nacional.

O Congresso rapidamente aprovou a iniciativa e concedeu as verbas necessárias: "o Plano SALTE parecia uma solução

dos comunistas na Campanha do Petróleo é inegável; pode-se mesmo, com justiça, supor que, sem a capacidade de organização e o desprendimento dos militantes daquele grupo político, dificilmente esse movimento teria podido arrastar todos os obstáculos com que se defrontou e subsistir." (COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 121.)

Ainda em reação à participação dos comunistas nos eventos referentes ao petróleo, observa-se que, em 1947, Carlos Marighela, então deputado comunista eleito, propôs a criação do Instituto Nacional do Petróleo. Esse Instituto substituiria o CNP, pois teria um âmbito de atuação muito maior. Uma de suas mais importantes atribuições consistiria em promover a constituição de sociedades de economia mista com pessoas naturais ou jurídicas brasileiras, reservando-se, porém, o mínimo de 51% das ações nominativas para o Estado.

rápida para a procura do petróleo, procura que crescia rapidamente. Assim, a solução era segura e nacionalista, afastando-se do liberalismo e voltando à iniciativa e controle do governo, de grata recordação, embora ainda permitindo que o capital privado tivesse participação importante no refino.(...) Finalmente o projeto disse aos brasileiros o que eles acreditavam: que iriam encontrar todo o petróleo de que precisavam, e cedo; tudo o que era necessário era um pouco mais de dinheiro e esforço.⁽⁵³⁾

Em 1949/50, Dutra realizou parte dessas metas, importando o equipamento para a refinaria e adquirindo os petroleiros.

Considera-se que o Plano SALTE obteve sucesso e não suscitou grandes polêmicas, basicamente por não ferir a política do petróleo antes estabelecida. Apesar disso, não se pode dizer que tenha sido inteiramente implantado. Com menos de um ano, já sofria cortes orçamentários e havia demora na liberação de verbas, pois foi aprovado em 1950, já em fase final de um período de Governo. Com a redução de verbas e pessoal, passou a distribuir verbas a outras repartições, mas estimulou os setores de transportes e refino da indústria de petróleo brasileira, além de ter proporcionado verbas para aumentar as pesquisas. De dezessete poços perfurados em 1949, o CNP passou a trinta em 1950; de 300 barris por dia em 1949 passou a produzir 930 em 1950.

(53) SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p. 85.

Nesse período, as estatísticas revelam que o petróleo assume definitivamente a posição de primeira fonte de energia do país. Em 1950, o crescimento da produção industrial era da ordem de 5 a 6% e o desenvolvimento do parque industrial progredia extraordinariamente.⁽⁵⁴⁾ Enfim, tudo se associava para exigir um consumo cada vez maior de derivados.

Ao lado dessa necessidade, porém, a relação importação/exportação deteriorava-se. Apesar do preço internacional manter-se estável e a taxa cambial super-valorizada, a produção interna correspondia a somente 2,5% de nossas necessidades, sendo o petróleo, portanto, o maior produto da nossa pauta de importações. Isso, num período em que estava havendo queda das exportações de nossos produtos primários.

Nesse sentido, a solução do problema ultrapassava a questão meramente política de preferência por formas de exploração.

No mundo inteiro, a indústria do petróleo desenvolvia-se sob o pressuposto da integração de todas as fases, visto que os riscos se dividiam de maneira desigual nas diferentes fases, justificando a noção de monopólio: "a experiência o tem demonstrado, (pois) proporciona melhor rendimento técnico econômico a cada fase de sua economia."⁽⁵⁵⁾ A questão do monopólio passava a ser uma solução econômica e

(54) MARINHO Jr, Ilmar P. *A história do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: CNP, pag 38.

(55) MARINHO Jr, Ilmar P. *A história do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro: CNP, pag 40.

imprescindível ao nosso desenvolvimento, isto porque a integração do processo, vivida em outros quadrantes, e considerada necessária, aparentemente só poderia ser alcançada com financiamento do próprio governo.

Os cinco anos de governo do Marechal Dutra foram marcados pela ambigüidade em relação ao petróleo: primeiramente tentou solucioná-lo mediante uma associação do Estado com grupos privados. Daí, a criação da Refinaria Nacional de Petróleo S/A, em 1946, e a autorização para a construção das refinarias de Capuava e Manguinhos, a cargo de grupos privados. Em 1948, remeteu ao Congresso o "Estatuto do Petróleo", e, em 1950, chegou ao enquadramento da política petrolífera no monopólio estatal, organizando a Frota Nacional de Petroleiros, desapropriando área para a construção da futura refinaria de Presidente Bernardes, em Cubatão, criando a Comissão de Industrialização do Xisto e incorporando a plataforma submarina ao território nacional.

Apesar da sua ambigüidade, alguns autores imputaram a Dutra a fixação de uma orientação política e uma série de conquistas que foram extremamente importantes à constituição da Petrobrás: "Quando a Petrobrás foi convertida em lei, já encontrou uma política nacionalista traçada para o xisto e para a plataforma continental e todo material já comprado para organizar a Fronape, erguer as unidades de Mataripe e Cubatão e construir o oleoduto São Paulo-Santos, explorado

pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, subsidiária da Rede Ferroviária Nacional. <we>

Com o retorno de Vargas ao poder, desta feita através de eleições diretas e como presidente constitucional, retomou-se também a preocupação com os rumos da indústria de petróleo no Brasil. Vargas, a propósito de sua campanha eleitoral e sem reconhecer as iniciativas tomadas por Dutra no campo petrolífero, concentrou suas críticas no envolvimento anterior do Governo Dutra com o "Estatuto do Petróleo" e com suas propostas liberais, finalmente abandonadas.

Finalizamos, aqui, um período, para dar início a outro. é quando Getúlio Vargas retorna ao poder, agora através do voto, e encaminha ao Congresso o projeto de constituição de uma empresa: a Petrobrás. O projeto leva dois anos tramitando na Câmara, por causa de denúncias de abertura ao capital estrangeiro, e no Senado, por causa do seu caráter ainda restritivo à participação da iniciativa privada.

Capítulo 4: A Criação da Petrobrás

O retorno de Vargas ao poder não seria tranquilo. A oposição já se fazia manifestar na contagem dos votos, quando os seus principais adversários políticos tentaram impedir a sua posse. (57)

Ultrapassado o problema, foi recomposto o quadro político-partidário, através da aliança entre o PTB e o PSD, ambos criados pelo Presidente. Foi então rompida a aproximação entre esta última agremiação e a UDN, ocorrida no governo anterior.

Assim, qualquer proposta em relação a uma política para o petróleo deveria pressupor esta nova composição.

O Presidente contava com um Congresso dividido no nível dos grandes partidos: a oposição da UDN, mais afinada com os ideais liberais, e a situação composta pelo PTB e PSD.

Entretanto, a solução para o problema do petróleo urgia. Em primeiro lugar, pelo aumento do consumo interno que consequentemente pressionava a balança de pagamentos. Em segundo, pelo crescimento industrial do país, que exigia uma política eficaz de abastecimento.

(57) Alguns políticos da UDN tentaram impedir a posse de Vargas, porque na contagem dos votos ele recebera apenas 48,7%. Entretanto, como a Constituição de 1946 não previa a maioria absoluta, o Tribunal Eleitoral manifestou-se favorável à posse de Vargas.

Era necessário, portanto, uma solução rápida e eficiente para o problema. Getúlio Vargas, então, encomendou à sua assessoria econômica a elaboração de um projeto que refletisse as preocupações com a formação de uma indústria nacional do petróleo.

O projeto foi elaborado pela Assessoria Econômica da Presidência da República ⁽⁵⁸⁾, chefiada pelo economista Rômulo Almeida e composta por João Neiva Figueiredo, Plínio Catanhede, Irnack do Amaral, Hélio Beltrão, Jesus Soares Pereira e pelo General Arthur Levi.

Determinava o projeto que a empresa a ser criada pelo governo, sob a forma de sociedade de economia mista, herdaria as principais responsabilidades do CNP, além de cuidar das atividades de refinação e da frota de petroleiros.

A 5 de dezembro de 1951 foi encaminhado ao Congresso Nacional, o Projeto nº 1516, que dispunha sobre a constituição da "Petróleo Brasileiro S.A.", acompanhada de mensagem presidencial, redigida por Jesus Soares Pereira, que submetia à consideração a criação "da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. para levar a efeito a pesquisa, a extração, o refino, o transporte de petróleo e,

(58) Instalada em 1951, nasceu da necessidade de o presidente de ter um serviço bem organizado de assessoria econômica e de sua confiança.

seus derivados, bem como quaisquer atividades correlatas ou afins.”⁽⁵⁹⁾

A empresa, assim designada **Petrobrás**, poderia vender suas ações ao público, a organizações governamentais e a companhias particulares estabelecidas no país, nacionais ou estrangeiras. O capital inicial da Petrobrás seria subscrito integralmente pelo governo federal, que poderia dar à empresa a estrutura que conviesse aos seus interesses. Com o controle mínimo de 51 por cento das ações da Petrobrás, o governo federal poderia vender o restante das ações de acordo com a política que achasse mais adequada aos interesses nacionais. As empresas estrangeiras, por sua vez, não poderiam adquirir individualmente mais que um décimo de um por cento das ações com direito a voto, enquanto a participação do capital privado como um todo não poderia exceder a 15 por cento do total das ações.⁽⁶⁰⁾

A empresa contaria nos seus primeiros 5 anos com recursos da ordem de 10 bilhões de cruzeiros, ou 500 milhões de dólares⁽⁶¹⁾. Além do Governo Federal subscrever o capital inicial de 4 bilhões de cruzeiros, a Petrobrás contaria principalmente com as receitas provenientes de 25% do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos e Lubrificantes e

(59) Mensagem Presidencial nº 469 de 1951, p. 1.

(60) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 50.

(61) Três vezes mais que o investimento total do governo na Usina Siderúrgica de Volta Redonda.

da tomada compulsória de títulos pelos proprietários de automóveis e afins.

Os recursos, tomados compulsoriamente aos usuários de veículos, "dada a expectativa de êxito financeiro da empresa", seriam transformados em títulos que iriam constituir "fonte de renda para os seus tomadores." Estes poderiam, além disso, "negociá-los, dentro das limitações estabelecidas no projeto de lei." <62>

O imposto sobre combustíveis foi matéria da Mensagem Presidencial nº 470, enviada juntamente com a anterior. No seu arrazoado Getúlio Vargas argumentava: "Em complemento a este projeto (Petrobrás) submeto separadamente um outro, relativo aos recursos tributários essenciais ao programa nacional de combustíveis líquidos e lubrificantes, no qual se asseguram também recursos para a ampliação do Fundo Rodoviário Nacional. Constituem os dois uma unidade, mas ao Governo pareceu de bom aviso separá-los, para facilitar o trabalho legislativo (...) (para) a aprovação no menor prazo possível, do projeto que reajusta tributos já existentes e constantes do orçamento." <63>

Em suma, foi proposta a criação de um encargo, sob a forma de empréstimo compulsório e a readaptação de um outro, que, desde a sua instituição em 1940, vinha dando respaldo à ação

(62) Mensagem Presidencial nº 469 de 1951, p. 13.

(63) Mensagem Presidencial nº 469 de 1951, p. 1.

do CNP. Com isso, as duas medidas estariam a serviço do financiamento da empresa, no período da sua formação e na fase inicial do seu funcionamento.

A Mensagem que encaminhava o projeto de criação da Petrobrás ao Congresso enfatizava não só a enorme importância econômica da criação da Petrobrás para a nação, como também o caráter nacionalista da proposta: "O Governo e o povo brasileiro desejam a cooperação da iniciativa estrangeira no desenvolvimento econômico do país, mas preferem reservar à iniciativa nacional o campo do petróleo, sabido que a tendência monopolística internacional dessa indústria é de molde a criar focos de atritos entre povos e entre governos. Fiel, pois, ao espírito nacionalista da vigente legislação do petróleo, será essa empresa genuinamente brasileira, com capital e administração nacional".⁽⁶⁴⁾

Preocupados com as objeções que fatalmente viriam dos defensores do monopólio estatal, tentaram evitá-las, frisando que: "O real perigo a evitar seria o de que, através da participação do capital privado, agissem grupos monopolísticos de fonte estrangeira ou mesmo nacional. Tal possibilidade foi, no entanto, tecnicamente anulada no projeto, seja pelo sistema de limitação de direitos eleitos pelo capital bem como pela escolha, pelo Presidente da República, do presidente da Sociedade, com direito a veto, e

(64) Mensagem Presidencial nº 469 de 1951, p. 16.

dos demais diretores executivos, e ainda por necessidade de decreto para homologar qualquer forma de estatuto; sem mencionar a esmagadora maioria dos poderes públicos no capital social, o próprio controle inicial da sua totalidade, e, finalmente, enorme difusão da parcela do capital, percentualmente limitada, em poder do público.”(65)

No entanto, mesmo esperando atitudes desfavoráveis por parte dos nacionalistas, ao contrário do que se imaginava, o projeto foi causa de enorme controvérsia em todos os partidos. Esses ficaram divididos, inclusive a UDN, pois consideravam que o projeto abria as portas para o capital estrangeiro e eliminava o monopólio estatal.

Os partidários do monopólio estatal criticavam a solução da sociedade mista e a admissão como acionistas da Petrobrás de pessoas jurídicas de direito privado brasileiro, dando margem à penetração dos interesses estrangeiros, através de empresas vinculadas aos grandes grupos internacionais do setor.(66)

Entretanto, a principal crítica que o projeto recebeu estaria baseada na suposta incongruência entre o espírito da mensagem e o projeto. Para muitos, o Presidente havia sido traído nas suas idéias de monopólio estatal por aqueles que haviam elaborado o projeto.

(65) Mensagem Presidencial nº 469 de 1951, p. 16-7.

(66) COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 138.

Corretos ou não, o certo é que o projeto era passível de diversos aperfeiçoamentos, mas, segundo parece, a intenção era exatamente a de acirrar o ânimo dos que defendiam o monopólio, dado que existia uma oposição parlamentar bastante articulada para que essa solução resultasse dos debates.

Interessante foi a apresentação de um projeto substitutivo ao do Presidente, que tinha como proposta eliminar as incongruências entre o projeto original e a mensagem presidencial, pelo Dep. Eusébio Rocha, do PTB. Esse projeto contava com o apoio de Vargas, que alegava que o Deputado deveria ter sido ouvido pelos seus assessores no período de elaboração do projeto, em que diversas personalidades haviam sido consultadas.⁽⁶⁷⁾

O Projeto de criação da Petrobrás levou aproximadamente um ano para tramitar pela Câmara. Nesse período, estariam reservadas outras surpresas ao Presidente: A UDN decidiu assumir a tese do monopólio estatal e apresentou um projeto de criação da "Empresa Nacional de Petróleo (ENAPE)", que diferia basicamente do projeto de Vargas porque previa o monopólio estatal em todas as fases. Ao ser apresentado, recebeu o apoio imediato dos Deputados Euzébio Rocha e Artur Bernardes.

(67) O Deputado Eusébio Rocha do PTB estava já há tempo envolvido na elaboração de uma política nacionalista de petróleo.

Uniram-se a eles, ainda, o "Centro de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional", o "Jornal de Debates", e a população foi novamente chamada a lutar pela soberania nacional.

Mudou, somente a posição dos militares, que, em nenhum momento, discordaram do monopólio estatal do petróleo, mas agora não queriam mais participar de controvérsias político-partidárias.

A reação de Vargas foi imediata, passando a promover atos públicos contra aqueles que duvidavam de suas posições nacionalistas. O discurso pronunciado em julho de 1952, em Candeias, Bahia, foi uma mostra disso: "É justificável a sinceridade dos que encaminham as suas preferências para outras formas jurídicas, como incompreensível a atitude tendenciosa dos que pretendem servir-se dum problema nacional para fazer jogo de oposição. Não os incluo entre os conhecidos advogados dos monopólios econômicos estrangeiros, nem entre os arautos dum falso nacionalismo que mal encobre uma filiação ideológica, visando a novos imperialismos. Não é de espantar, pois que se levantem agora uns e outros, com o objetivo de torpedear e paralisar a atual proposta governamental - os primeiros porque não têm porta de acesso na nova organização, e os últimos porque, para eles, só interessa que o petróleo seja nosso, mas... debaixo da terra." E mais: A "bandeira nacionalista, /eu a venho desfraldando em toda a minha vida pública e ninguém logrará

arrebatá-la das minhas mãos. Coube ao meu passado governo elaborar a legislação de minas, que nacionalizou a propriedade das riquezas do nosso subsolo, cristalizando-se pela primeira vez a defesa do patrimônio nacional. <68>

Outra reação do presidente foi apressar a discussão do projeto, evitando a articulação da oposição em torno do projeto da UDN. O líder do Governo, Deputado Gustavo Capanema, enviou um pedido de urgência e, graças aos entendimentos com Artur Bernardes, foi possível a Câmara iniciar ainda em julho a discussão das 126 emendas ao projeto. <69>

Em 1952, o projeto foi aprovado pela Câmara com emendas que instituíam "o monopólio sobre todas as fases da indústria petrolífera, exceto distribuição. Por insistência de Vargas, foi mantida a fórmula mista, excluída, porém, a participação de capitais estrangeiros na Petrobrás. As concessões feitas às refinarias particulares foram respeitadas, sendo-lhes proibida, contudo, a expansão de sua capacidade atual ou projetada." <70>

No Senado, criou-se outra polêmica, pois os senadores resolveram desconhecer os pareceres dos deputados.

(68) COHN, Gabriel. *A política nacionalista do petróleo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968, p. 150.

(69) O projeto de criação da Petrobrás contava com a pareceres favoráveis de todas as comissões da Câmara, exceto da de Segurança Nacional, presidida por Arthur Bernardes.

(70) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 61.

Dividiram-se basicamente em dois grupos: os que eram favoráveis à ação estatal, liderados por Laudulfo Alves do PTB, e os que eram favoráveis à concessão aos grupos econômicos externos, liderados por Assis Chateaubriand. O debate terminou no Senado com a aprovação de emendas destinadas a permitir a compra de ações por estrangeiros, a ampliação das refinarias e a contratação, através da Petrobrás, de empresas estrangeiras para a exploração e produção do petróleo, sendo-lhes permitido pagar em dinheiro ou em petróleo.

De volta à Câmara em junho de 1953, o projeto foi rediscutido, à luz das emendas do Senado, que não foram incorporadas, mantendo o projeto praticamente as mesmas características com que fora enviado ao Senado.

Em 03 de outubro de 1953, foi sancionado o projeto de criação da Petrobrás, sob a Lei no. 2004.

E a Petrobrás, nascida de um longo debate, estava destinada a contar com o apoio daqueles que apoiaram a tese do monopólio estatal e a enfrentar as hostilidades daqueles que viram na sua criação a frustração de seus ideais liberais.

PARTE II: Da CONSOLIDAÇÃO

Capítulo 5: As dificuldades político-institucionais iniciais

Os capítulos anteriores foram dedicados a relatar o esforço empreendido pela sociedade brasileira na criação de uma indústria nacional do petróleo. Nesse sentido, houve um cuidadoso levantamento de um longo período, onde estão registradas as preocupações, a tomada de consciência e as tentativas para a solução do problema da produção do petróleo em nosso país. Esse período foi coroado com êxito e teve seu término marcado pela promulgação da lei de constituição da Empresa, em 3 de outubro de 1953.

A Petrobrás iniciou suas operações a 10 de outubro de 1954, tendo assumido a presidência da empresa o Cel. Juracy Magalhães ⁽⁷¹⁾. Além do presidente, assumiram as diretorias três técnicos - Irenak Carvalho do Amaral, João Neiva Figueiredo e o Cel. Arthur Levy -, homens de comprovada competência técnica e moral, segundo Jesus Soares Pereira, encarregado dos dossiês encomendados pelo Presidente. ⁽⁷²⁾

Para tanto, a empresa, ao dar início às suas operações, recebeu um acervo de 165 milhões de dólares e uma produção de 3000 barris por dia. Como fontes de recursos, recebeu o estabelecido na Lei 2004: Art. 13, 14, 48 e 15: parte da

(71) Homem da UDN, embora não de sua fração mais radical, Juracy Magalhães foi opositor de Vargas por ocasião da implantação do Estado Novo. Era um militar do exército e ex-tenente em 1930. A escolha de Vargas teria como objetivo neutralizar a oposição mais extremada da UDN, bem como das forças armadas.

(72) Em entrevista concedida a Medeiros Lima, Jesus Soares Pereira, declarou que o Presidente Vargas lhe havia entregue uma relação de nomes e encomendado um dossiê sobre cada uma daquelas pessoas, que poderiam compor as diretorias da empresa.

receita do Imposto Único sobre Combustíveis Líquidos Lubrificantes; o produto dos impostos de importação e consumo sobre veículos automotores para o exterior para importação destes veículos, suas peças e acessórios; as contribuições especiais para pesquisa, a que se obrigam as empresas concessionárias de refinação de petróleo e, até 1957, a contribuição anual dos proprietários de veículos, de quantias tabeladas de acordo com a categoria dos veículos, sendo depois substituída por obrigações da Petrobrás.

As principais dificuldades da empresa nesse início de administração não eram exatamente financeiros. Os recursos eram aparentemente escassos, mas a empresa conseguiu, ainda na administração de Juracy, contratar a primeira fábrica de asfalto e a primeira fábrica de fertilizante do país.

A sua maior dificuldade era no plano político. O Presidente Getúlio Vargas e a empresa eram fruto de críticas e pressões tanto dos nacionalistas quanto daqueles que no Congresso haviam criticado o projeto de criação da Petrobrás, por serem contrários à solução do monopólio estatal.

O longo debate no Congresso em torno do projeto evidenciou uma fragilidade muito grande em relação ao apoio político com que o Presidente contava e de que necessitava.

Segundo Hélio Silva, "o Presidente retornou ao poder em 1951, livre de compromissos anteriores. Embora fosse um

político popular, Vargas não mais contava com o apoio das elites políticas do Rio Grande do Sul. Sua tentativa de basear seu poder nos sindicatos acabou por fazer dele um presidente extremamente vulnerável, o que os seus adversários da UDN não deixaram de levar em conta em sua intransigente oposição.”(73)

Sofrendo toda sorte de pressões, o Presidente suicidou-se a 24 de agosto de 1954, deixando registrado na sua carta-testamento a acusação de que grupos nacionais e estrangeiros estavam dificultando o funcionamento da Petrobrás.

Com o seu suicídio Getúlio Vargas impediu, de imediato, que as forças políticas que se empenharam na sua deposição e na conquista do poder, conseguissem o seu propósito: extinguir a Petrobrás. “Se Getúlio Vargas não se tivesse sacrificado como o fez, o propósito de extinção da Petrobrás poderia ter vingado, então, pois nisso se empenharia sem dúvida o novo governo e a empresa contava com apenas alguns meses de existência; ou, pelo menos, o ambiente político não teria sido tão infeso a isso quanto se revelou, e a campanha entreguista em petróleo ganharia alento.”(74)

Essas forças políticas estavam representadas pelos senadores Assis Chateaubriand, Plínio Pompeu, Othon Mader, que em 1955

(73) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 99.

(74) LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975, p. 113.

enviaram um projeto conhecido como Projeto de Lei no 1, que visava a retirar da Petrobrás seus poderes de monopólio, permitindo a empresas particulares a exploração de petróleo no país. Este projeto foi submetido ao Senado após a morte de Getúlio, tendo sido, então, arquivado.

Apesar da comoção nacional, criada com o suicídio de Vargas, o debate público sobre a política do petróleo prosseguiu e os tradicionais adversários da solução nacionalista persistiram nos seus ataques à Petrobrás, se bem que em escala mais moderada. Animou-os o fato de que Café Filho era mais receptivo do que fora Vargas à participação do capital estrangeiro na economia.

Além disso, seu Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, era conhecido como um intransigente liberal e o seu Chefe da Casa Militar, Juarez Távora, defensor do "Estatuto do Petróleo", havia se posicionado diversas vezes contrário ao monopólio estatal do petróleo. É bom dizer que esse seu posicionamento estava antes ligado à incapacidade financeira do Estado em dar seqüência a essa política, do que a questões propriamente político-ideológicas.

No governo de transição de Café Filho, foi nomeado presidente da Petrobrás, o Cel. Arthur Levy, que ciente das precárias condições da Empresa frente ao novo Presidente do

país e aos ministros, estabeleceu uma política de boa vizinhança, principalmente com o Gal. Juarez Távora.

Nesse momento, Juarez Távora e os comandantes militares declararam prematura a revisão da legislação, contrariando os opositores do monopólio estatal, que tentavam convencer o Presidente a fazê-la.

O depoimento de Távora é esclarecedor: "Tendo sustentado que, se bem considerássemos todos os fatores condicionantes de uma solução objetiva de nosso problema petrolífero, isto é, os fins a alcançar, as peculiaridades nacionais e internacionais do problema, e os meios de que efetivamente dispomos para enfrentá-los e alcançar os fins visados - concluiríamos pela maior conveniência de adotar, pelo menos de início, o último dos esquemas apontados (ele se refere ao "Estatuto do Petróleo").

"Mas, adotada como foi, pelo Governo a solução monopolista, parece-nos que o melhor que temos a fazer, agora, é cerrar fileiras, patrioticamente, em torno dessa solução, prestando-lhe, cada qual, o apoio que estiver ao seu alcance, para que, quanto antes tenhamos obtido, através dela, o petróleo de que necessitamos, com urgência, e, eventualmente, se tal solução não puder proporcionar-nos, em tempo útil e em proporções satisfatórias esse petróleo, tenhamos dobrada autoridade

para reclamar do poder público que adote outro caminho, mais consentâneo com os interesses superiores do Brasil.

"Esclareço, entretanto, que, a meu ver, qualquer que venha a ser esse caminho, a Petrobrás deve ser mantida e, sempre e cada vez mais, prestigiada e expandida, de forma a liderar, como órgão estatal, os demais empreendimentos que com ela se vieram enfileirar para a exploração intensiva e extensiva de nossos recursos petrolíferos.

"É esse um ponto de vista de velho nacionalista que, iniciando a obra de nacionalização dos recursos naturais do país com a elaboração do Código de Águas e de Minas em 1934 - tem-se mantido inalteravelmente fiel a essa linha de conduta." <75>

Com essa posição assumida pelo Gal. Juarez Távora, as condições estavam dadas para que pelo menos do lado dos militares a Petrobrás pudesse caminhar e enfrentar seus problemas de fato.

Os problemas mais sérios da Petrobrás resumiam-se agora na questão orçamentária. Naquele momento, era extremamente importante dotar a Empresa de divisas para a importação de equipamentos. Assim, de comum acordo com Távora, Levy conseguiu do Ministro da Fazenda a garantia de divisas no valor de 80% dos recursos em moeda forte, economizadas em

decorrência das atividades da Empresa e das refinarias particulares.

Acrescentem-se a essa vitória a inauguração, em abril de 1955, da refinaria de Cubatão - Refinaria Presidente Bernardes -, o convênio com a Universidade da Bahia para a formação de técnicos e, por fim a implantação de um plano de organização interna da Petrobrás.

Para Hélio Beltrão, ex diretor da empresa ⁽⁷⁶⁾, em três anos de atividade a empresa produzira três vezes mais óleo cru que o Conselho Nacional de Petróleo em quinze anos. Aos que acusavam a Petrobrás de consumir desnecessariamente recursos públicos respondia, argumentando que o país já começara a poupar divisas, na medida em que importava menos derivados e que processava o óleo cru - comprado a preços inferiores - nas refinarias da Petrobrás. ⁽⁷⁷⁾

Era essa a situação global da Empresa até o Governo Juscelino⁸ em meio às costumeiras críticas e perigos de interferência, conseguiu navegar, alcançando vitórias no sentido da sua consolidação econômica e política.

Porém, foi durante o Governo de Juscelino Kubitschek, que a Petrobrás viveu sua primeira grande crise institucional.

(76) Hélio Beltrão, após a promulgação da Lei 2004, elaborou o Plano Básico de Organização da Petrobrás, tendo sido diretor da empresa de 1954 a 1956, procurando nesse período implementar seu plano.

(77) CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 96.

Essa crise deveu-se, principalmente, ao seu novo Presidente, Janary Gentil Nunes, que tinha como meta pessoal: a consolidação econômica da Empresa, através da realização do Plano de Metas, que destinava 40% dos recursos para o setor energético; a popularização da Empresa para garantir sua sobrevivência, e a modernização administrativa.

Por tudo isso, entrou em choque tanto com o Conselho Nacional do Petróleo quanto com a sua diretoria. De um lado, o Conselho acusava Janary de não consultá-lo em matéria de sua competência, ou seja, no que dizia respeito às definições relacionadas com a política do petróleo. De outro lado, a Diretoria queixava-se de não ser ouvida sobre as atividades da organização, apesar da inexperiência de Janary no assunto.

Apesar de, na prática, o CNP ter perdido suas funções de elaborador das políticas, vinha mantendo um bom relacionamento com os outros Presidentes da Petrobrás, e boa parte deles respeitavam as suas atribuições.

Janary entrou, no entanto, em conflito com o CNP, principalmente por não reconhecer suas atribuições. Essa postura foi encorajada pela expansão considerável das atividades da empresa e da capacidade de gerar recursos

internos, independentemente do orçamento público, ocorrida durante sua administração.

Na verdade, a Empresa prescindia do CNP, na medida em que caminhava e alcançava as metas estabelecidas.

Paralelamente à crise com o CNP, o conflito interno agravou-se com o pedido de demissão de dois diretores (João Neiva de Figueiredo e Irnack Carvalho do Amaral), que alegavam desrespeito às regras internas da organização, basicamente no que tocava ao uso de critérios políticos na definição de prioridades na aplicação dos recursos da empresa.

Com a crise instalada, Juscelino, nomeou uma comissão para estudar as denúncias, que resultou no afastamento dos presidentes do CNP, e da Petrobrás, Alexínio Bittencourt e Janary Nunes.

O resultado das apurações comprovaram, de um lado, que a Petrobrás havia tomado uma série de decisões em relação à aquisição de navios petroleiros e à localização de novas refinarias sem a aprovação do Conselho e, de outro, que o CNP era extremamente moroso nas análises dos programas da empresa.

O resultado da apuração e a solução dada pelo presidente de afastar os presidentes dos órgãos, fez que a Petrobrás ficasse diretamente subordinada ao Presidente da República,

que na prática passou a supervisionar as atividades da empresa.

Entretanto, apesar da crise, a Empresa logrou atingir suas metas, inclusive ultrapassando-as. No início da gestão de Janary, a Petrobrás produzia 321.000 m³ de petróleo; em 1958, produzia 3.750.000. A capacidade de refino aumentou de 1955 a 1961, de 2.743.000 para 13.604.000 m³, atendendo 81% da demanda do mercado interno. Além disso, conseguiu estabilizar as despesas em moeda estrangeira, devido à queda do preço do óleo importado.

Capítulo 6: A Consolidação Financeira

Depois de vencer todos os percalços de ordem política, o êxito da empresa teria que depender da sua base e consolidação financeira.

Cabe examinar a qualidade e eficácia dos instrumentos financeiros idealizados e utilizados, notadamente a partir da Lei nº 2004, que "dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e dá outras providências."⁽⁷⁸⁾

O Art. 1, desde logo, define o "monopólio da União". Constituem esse monopólio:

"I- a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarburetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

"II- a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

"III- o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzido no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem."

(78) A Lei 2004 de 3 de outubro de 1953, faz parte do anexo deste trabalho e, portanto, não consideramos necessário trazer a referência completa, toda vez que ela é mencionada.

Segundo o Art. 2, "a União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior:

"I- por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

"II- por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução."

O Art. 5 autoriza a União "a constituir uma sociedade por ações, que se denominará Petróleo Brasileiro S.A. e usará a sigla ou abreviatura Petrobrás."

O Art. 6 estipula que a Petrobrás "terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo - proveniente de poço ou de xisto - de seus derivados, bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins."

O objeto fixado para a Petrobrás passou a constituir um desafio, pois era necessário mobilizar recursos suficientes para tornar as atribuições da empresa realidade. Entretanto, antes de entrarmos com detalhes nessa questão, é importante ressaltar o contexto no qual surgiu a Petrobrás, no ano de 1953.

A opção pelo monopólio fechou as portas que, no mercado internacional, se abriam para financiar empreendimentos petrolíferos.

O Brasil mesmo encontrava-se em acentuada crise cambial, com os chamados "atrasados comerciais" ultrapassando doze meses em sua liquidação junto aos credores comerciais. A instituição do "câmbio livre" pelo Ministro Horácio Lafer não resolveu o problema. Somente com a introdução dos "leilões de divisas" pelo sucessor de Lafer, Ministro Oswaldo Aranha, é que começou a normalizar-se a situação cambial.

As propostas das várias comissões que, depois da Segunda Guerra Mundial, analisaram os problemas do nosso desenvolvimento, ainda tinham em vista o concurso do capital estrangeiro, principalmente norte-americano. Só assim pensavam ser possível a superação das limitações que condicionavam nosso subdesenvolvimento, entre elas a própria escassez energética.

Com a substituição do Presidente Truman, do Partido Democrático, pelo Presidente Eisenhower, do Partido Republicano, a obtenção de financiamentos ficou ainda mais difícil, uma vez que o Partido Republicano, ligado ao grande capital, sempre defendeu empréstimos particulares em lugar de financiamentos de governo a governo. Não seria mais

possível então a obtenção de recursos, como tinha acontecido na gestão do Presidente Roosevelt, na construção de Volta Redonda, ou mesmo na do Presidente Truman, com o conhecido "Ponto IV" do seu Programa de Ajuda Externa.

E foi o que aconteceu com o "Plano de Reaparelhamento Econômico", também chamado Plano Lafer, que se baseou nas recomendações da Missão Abbinck e que deveria ser financiado em partes iguais por recursos norte-americanos e brasileiros. Com a eleição do Presidente Eisenhower não vieram mais os esperados recursos norte-americanos. O Ministro Horácio Lafer teve que contar apenas com os recursos brasileiros, para execução do seu plano de reaparelhamento. Criou, então, o BNDE, que mais adiante se destacaria como o grande promotor de financiamentos de nossa infra-estrutura.

Na falta de recursos estrangeiros, como seriam, entretanto, obtidos os recursos nacionais? A poupança privada era reduzida: em 1955, por exemplo, uma comissão mista BNDE/CEPAL assinalava que, por falta de alternativas, ela tinha como principal destinação o mercado imobiliário. Isso era natural, uma vez que não existia ainda um mercado de capitais, capaz de acolher e expandir a poupança privada.

A dívida pública, por títulos de aquisição voluntária, estava praticamente extinta, por não existir ainda correção

monetária e já convivermos com uma inflação persistente, em torno de 10% ao ano.

Nessa altura, como poderia o Estado corresponder aos desafios que teria que enfrentar para superar as suas limitações? Se o Estado não quisesse desistir de enfrentar os desafios, teria de usar a imaginação para extrair recursos da sociedade, ainda que compulsoriamente.

Nesse caso - e nem se pensaria na época, como aconteceu depois, em orçamento paralelos, monetários ou outros -, a fonte de financiamentos só poderia ser o próprio orçamento público ou então o empréstimo compulsório.

Foi precisamente com o uso do empréstimo compulsório (adicional sobre o imposto de renda da pessoa física e de pessoa jurídica), que se constituiu e passou a crescer o BNDE, criado como vimos para executar o Plano Lafer e melhorar a nossa infra-estrutura.

O mesmo recurso foi usado pela equipe econômica do Segundo Governo Vargas para ajudar a financiar os projetos considerados fundamentais e para vencer o nosso subdesenvolvimento, como ocorreu principalmente com os projetos energéticos, da Eletrobrás e da própria Petrobrás.

A constituição do capital inicial da Petrobrás e os seus sucessivos aumentos refletem essa opção pela mobilização compulsória de recursos.

O Art. 9 da Lei n. 2004 fixa para a sociedade um capital inicial de 4 bilhões de cruzeiros, em 1953, e a sua elevação a um mínimo de 10 bilhões de cruzeiros até o ano de 1957, cabendo à União, conforme o Artigo 10º, subscrever a totalidade do capital inicial. Para a preservação mais segura do caráter de monopólio, a sociedade nessa fase contaria só com ações ordinárias, devendo a União manter nunca menos de 51% do capital votante.

Ainda de acordo com o Art. 10 da mesma Lei, a União, para a integralização de seu capital inicial, "disporá de bens e direitos que possui, relacionados como o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais".

Os bens da União transferidos à Petrobrás para a integralização do capital inicial foram os seguintes, conforme avaliação anteriormente aprovada pelo CNP (em sessão de 12/3/1954):

1. Campos de petróleo a gás natural conhecido no Recôncavo Baiano	390.000.000,00
2. Bens da Comissão de Industrialização do xisto betuminoso	22.525.567,00
3. Refinaria de Mataripe	261.240.000,00
4. Obras da refinaria de Cubatão	1.035.000.000,00
5. Obras da fábrica de fertilizantes	26.750.000,00
6. Frota Nacional de Petroleiro	976.000.000,00
7. Material flutuante da Bahia e da Amazônia	29.000.000,00
8. Materiais, equipamentos e outros bens utilizados nos trabalhos de sondagens, produção e outras atividades do CNP	384.608.815,00
Valor Global dos bens avaliados	3.125.124.382,00

A complementação do capital inicial para 4 bilhões de cruzeiros, bem como os aumentos seguintes, teriam como fonte recursos tributários e contribuições compulsórias de proprietários de veículos e de refinarias particulares, conforme os seguintes dispositivos da Lei n. 2004:

Art. 13 Produto do Imposto Único de combustíveis e lubrificantes, dividido entre União (40%) e Unidades Federadas e Municípios (60%).

Art. 14 Produto dos impostos de importação e de consumo, enquanto incidentes sobre veículos automóveis; Produto do

imposto sobre remessa de valores para o exterior, correspondente à importação de veículos, suas peças e acessórios;

Art. 15 Contribuição compulsória de proprietários de veículos, anual, até 1957;

Art. 48 Contribuição especial das empresas concessionárias (de refino).

Com essa estrutura financeira, a companhia teve a possibilidade de reforçar constantemente o seu capital social.

Da leitura das atas das Assembléias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias (AGO's e AGE's), depreende-se esta seqüência:

1a. AGO - 30/3/1955

Constituição do capital inicial por transferência de lucro da União (já mencionada)	3.125.124.382,00
Por ingresso de recursos fiscais	<u>874.875.418,00</u>
Integralizado até 31/12/1954	4.000.000.000,00

1a. AGE - 20/12/1955

Aumento c/recursos fiscais	<u>2.000.000.000,00</u>
Capital social em 31/12/1955	6.000.000.000,00

2a. AGE - 28/3/1956

Aumento c/Recursos fiscais	<u>2.000.000.000,00</u>
Capital social em 31/12/1956	8.000.000.000,00

3a. AGE - 5/6/1957

Aumento c/recursos fiscais, contribuição de refinarias e reinversão de dividendos	<u>4.000.000.000,00</u>
Capital social em 31/12/1956	12.000.000.000,00

4a. AGE - 30/9/1958

Aumento c/recursos fiscais, contribuição de refinarias e reinversão de dividendos em pequena escala, criação de ações preferenciais para troca de obrigações ou integralizações em dinheiro	<u>4.000.000.000,00</u>
Capital social em 31/12/1958	16.000.000.000,00

As referidas autorizações de aumento do capital social indicam que, até 31/12/1957, a elevação mínima, prevista no Art. 9. da Lei 2004, para 10 bilhões de cruzeiros, havia sido até superada e que, em 4 anos, o capital inicial de 4 bilhões de cruzeiros havia sido quadruplicado.

Isto tudo se realizou, sem se recorrer à correção monetária dos valores, que, naquela fase da economia nacional, ainda era voluntária e pouco usada: não obstante já existir uma inflação anual igual ou superior a 10% ao ano. Se essa taxa fosse considerada, o capital social teria alcançado cifra ainda consideravelmente mais elevada.

O capital inicial foi totalmente constituído pela União, que, após haver subscrito, nos termos do Art. 10., a totalidade do capital inicial (Cr\$ 4.000.000.000,00), repartiu a maior parte dos aumentos subsequentes (Cr\$ 12.000.000.000,00) com as unidades federadas e os municípios, dada a participação de todos eles na distribuição do Imposto Único de Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), a mais importante de todas as fontes externas de financiamento, ao longo do período examinado.

Todas as subscrições, até o ano de 1957, foram realizadas em ações nominativas (todas de propriedade pública) e só no ano de 1958 passou-se a admitir a integralização de 100 milhões em ações preferenciais sem direito a voto. Pode-se dizer,

que essa ação teve seu início aqui e, como hoje sabemos, acabou por transformar-se mais tarde em um dos "blue-chips" mais conceituados e intensamente negociados em nossas Bolsas de Valores.

Entretanto, naquela fase, qualquer abertura ao capital privado por parte da Petrobrás, ainda que fosse por ações preferenciais sem direito a voto, era vista com muita reserva, como reflexo das lutas políticas precedentes.

Como os aumentos aprovados nas referidas assembleias eram "autorizados" e ainda sujeitos a integralização, cumpre acompanhar a evolução de todo o sistema de financiamento criado para a Petrobrás, em face dos balanços gerais do período em questão:

Evolução do Passivo Não Exigível (Patrimônio Líquido) e do Passivo representado pelas Contribuições de Proprietários de Veículos (posteriormente conversível em capital social)

Cr\$ milhão

Balanco Geral	Capital Social	Ingresso p/ aumento de capital	Reservas e Fundos	Total	Certificados de Contribuição
31/12/54	4.000.000.000,00	1.641.287.218,80	11.078.283,60	5652365502,40	401.704.972,20
31/12/55	6.000.000.000,00	476.334.300,70	280.266.922,00	6756601222,70	847.823.303,10
31/12/56	8.000.000.000,00	37.738.517,90	1.559.636.586,10	9597375104,00	1.297.157.694,20
31/12/57	12.000.000.000,00	2.557,80	4.473.042.757,00	15.551.349.508,80	1.711.129.708,20
31/12/58	16.000.000.000,00	-	8.693.337.352,80	23.638.008.481,60	1.865.686.400,00
	(1.055.328.871,20)				
	14.944.671.128,80				

Fonte: Petrobrás. Balanços Gerais de 1955 a 1958.

Atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 1954 a 1958.

IBGE. Anuários Estatísticos de 1954 a 1958. (???)

(???) Foram utilizadas as mesmas fontes para confecção de todas as tabelas constantes no trabalho.

Este quadro sugere as seguintes reflexões:

Para a integralização do capital social em 16 bilhões de cruzeiros faltou em 31/12/1958 a parcela de "capital a realizar" de CR\$ 1.055.328.871,20. Essa parcela, conforme relatório da diretoria referente ao exercício de 1958, seria ainda integralizada no primeiro trimestre de 1959, "em virtude do prosseguimento da arrecadação dos recursos destinados, por lei, à formação do capital da Empresa, bem como da incorporação dos dividendos que forem atribuídos às ações pertencentes à União, os quais são destinados obrigatoriamente àquele fim, por força do disposto no art. 21, parágrafo único, da Lei n. 2.975, de 24 de novembro de 1956."

Além de uma capitalização crescente, nota-se também substancial formação de reservas e fundos, atingindo, em 1957, 37% e, em 1958, 54% do capital social. Dessa maneira, à capitalização, substancialmente fomentada por recursos fiscais, foram somando-se recursos gerados pela própria empresa, o que permitiu cumprir um esquema dinâmico e harmônico de capitalização.

Deve-se fazer menção também à bem planejada captação das contribuições compulsórias dos proprietários de veículos, objeto de emissão de "Obrigações ao Portador", como a seguir vem descrito:

	Lançamento das obrigações	Captação conforme Balancos Gerais
	CR\$	CR\$
1954	400.000.000,00	401.704.976,20
1955	450.000.000,00	446.118.326,90
1956	500.000.000,00	449.334.391,10
1957	550.000.000,00	413.972.014,00
1958	<u>.....</u>	<u>154.556.691,80</u>
	1.900.000.000,00	1.865.686.400,00

Trata-se de uma fonte de financiamento bem sucedida, constituindo, ao mesmo tempo, potencial complementar de capitalização, em face da esperada conversão em ações preferenciais. A contribuição dos proprietários de veículos ainda pode ser considerada um empréstimo compulsório, bem aplicado e bem "devolvido", ao contrário, por exemplo, daquele que serviu para criar o BNDE, também bem aplicado mas "mal devolvido", porque isso foi feito muito além do prazo e sem correção monetária.

O capital social de 16 bilhões de cruzeiros, em 1958, correspondeu a 15 bilhões e 900 milhões de cruzeiros em ações ordinárias e a 100 milhões de cruzeiros de ações preferenciais. Isso ainda não era suficiente para atender a conversibilidade das obrigações, e para pensar seriamente em

comparecer ao mercado de capitais, que era ainda muito incipiente.

Ao término do período examinado, em 1958, a participação do capital social era, dentro da orientação existente, quase que exclusivamente dominada pelo poder público das três esferas:

Ações ordinárias	União	67,2%
	Estados e D.F.	25,9%
	Municípios	<u>6,5%</u>
		99,6%
Ações preferenciais	Acionistas privados	<u>0,4%</u>
		100.0%

A capitalização propriamente dita derivou da entrega de recursos fiscais, de forma acentuada na fase inicial, para aos poucos ceder à geração própria, como seria de se esperar e desejar.

RECURSOS PARA INVESTIMENTO
Cr\$ milhão

Ano	IULC Art 13	ITVE Art 14	I.I/IC Art 14	Contribui. Propriet. veículos Art 15	Contribui. Refinarias Art 48	total fundos Lei 2004	Saldo bruto de operações indus. e reinv. lucros	total dos Recursos p/ inves.
1954	1.059	190	-	49	-	1.241 100%	- 0%	1.241
1955	920	16	-	446	-	1.382 57%	1.022 43%	2.046
1956	1.018	-	282	449	-	1.749 38%	2.817 62%	4.566
1957	1.757	-	395	413	550	3115 33%	6.289 67%	9.397
1958	<u>2.063</u>	-	<u>417</u>	<u>154</u>	<u>404</u>	<u>3.038</u> 21%	<u>11.258</u> 79%	<u>14.296</u>
	6.809	206	1.094	1.462	954	10.525	21.379	31.904

Conforme demonstra o quadro, os fundos para investimentos provieram em 1954 e 1955 da captação (100% e 57%), sendo substituídos, sucessivamente pela geração interna, de 1956 a 1958 (62%, 67% e 79%), o que significa que a empresa passou a caminhar cada vez mais com suas próprias pernas.

Alguns dos recursos fiscais, depois de cumprirem a contento na fase inicial a função que lhes atribuíram os planejadores, tiveram os seus rumos modificados. Outros tiveram a sua destinação restabelecida, como antes do seu envolvimento com a Petrobrás.

É o caso, por exemplo, do Imposto Único de Combustíveis e Lubrificantes, de atuação sempre tão destacada no campo energético e no sistema de transportes.

Depois do destino, por assim dizer transitório, que lhe dera a Lei n. 2.004, e a legislação antecedente, deslocando-o inteiramente do financiamento rodoviário para a capitalização da Petrobrás, surgia a lei nº 2.975, de 24 de novembro de 1956, que, em face da capitalização alcançada, restringiu a 15% da receita do IUCL, durante os exercícios de 1957 a 1961, a sua participação em novos aumentos de capital. Os demais 85% voltaram a financiar a rede rodoviária bem como a ferroviária.

Quanto aos demais impostos, o de "transferência de valores para o exterior" desapareceu após 1955, quando os

impostos de importação e de consumo passaram a apoiar de forma moderada a capitalização, com as frações de sua receita destinadas por lei àquela finalidade.

Em 1957 também terminava a cobrança do empréstimo compulsório dos proprietários de veículos (em 1958 só aparece um resíduo), porém começa, a partir de 1957, a aparecer a contribuição, não restituível, das refinarias concessionárias (Art. 48 da Lei nº 2.004), de valor semelhante à do referido empréstimo compulsório.

A Lei n. 2.975, através de dispositivo já citado atua com a tendência de substituir os recursos alheios pela geração própria, com o reinvestimento obrigatório dos dividendos da União. Se esta teve de contribuir cada vez menos com recursos fiscais, também teve que deixar dentro da Empresa e fazer frutificar os lucros gerados pelos investimentos realizados.

Tudo isso revela um engajamento das finanças públicas na colimação de um objetivo político-econômico do maior alcance nacional - e o seu desengajamento, quando não mais necessário, depois de haver cumprido o seu papel. É um exemplo digno de maior atenção o da presença do Estado como financiador num momento decisivo, sem que essa presença tenha que se perpetuar ou exaurir os cofres públicos, como muitas vezes a Empresa P

É também significativo que toda essa atuação do Estado tenha sido possível sem sangria excessiva do Tesouro e sem efeitos traumáticos sobre as finanças públicas.

Isto fica demonstrado pelo seguinte quadro, extraído dos dados da execução orçamentária:

Cr\$ milhão

Ano	A- Receita Orçam inclusive IUCL	B- Recursos Fiscais Arts.13 e 14 Lei 2004	B/A
1954	47.590	1.243	2,6%
1955	56.590	936	1,7%
1956	75.100	1.299	1,7%
1957	87.556	2.153	2,4%
1958	119.880	2.471	2,1%

Considerações Finais

No presente trabalho dediquei-me a mostrar a disputa política travada para dar origem à Petrobrás. Em seguida, tive a preocupação de analisar como a Petrobrás organizou-se, visando a sua consolidação financeira.

A partir da análise feita pude concluir que os instrumentos financeiros propostos foram adequados, tanto que permitiram à empresa desenvolver com segurança a sua implantação. Os dois pilares, inicialmente criados - o dos recursos fiscais (notadamente do IULC) e do empréstimo compulsório - se revelaram suficientes para extrair da sociedade, em tempo oportuno e sem traumas, os recursos necessários, de modo a vencer os temores ou a descrença dos que haviam prognosticado o fracasso de uma iniciativa desse porte num país de poupança notoriamente escassa.

Além disso, como a confirmar a oportunidade e a precisão do planejamento, logo depois, surgia o terceiro pilar, isto é, o autofinanciamento. Esse, a partir do 3º ano de funcionamento normal da empresa, passou a superar decisivamente a injeção de recursos externos, demonstrando a seu turno, a capacidade de desenvolvimento da Empresa, a partir de seus próprios esforços.

Isso foi demonstrado não só na capitalização da empresa, como também na aplicação maciça de recursos em gastos com pesquisa, prospecção etc., que acabaram sendo um verdadeiro

investimento no futuro da companhia. É o que fica demonstrado, por exemplo, no último quadro (Capítulo 6), onde a soma dos recursos disponíveis para investimento se revelam muito superiores à própria capitalização.

Essa capitalização, por sua vez, recebeu novo e importante impulso, no ano de 1959, logo após o período examinado, quando passou de 18 para 26 bilhões de cruzeiros.

Para gerar recursos, a Petrobrás, na sua fase inicial, beneficiou-se das iniciativas anteriores como a do refino (com cujos lucros Horta Barbosa já sonhava na década de 40 como fonte de financiamento) ou a do transporte marítimo (herança do Governo Dutra).

Entretanto, ela não se beneficiou apenas dessas fontes, mas as ampliou substancialmente: acabou as refinarias de Mataripe e Cubatão e começou a de Duque de Caxias, além de ter exercido estreito controle sobre a produção e capacidade das refinarias particulares, delas inclusive extraíndo recursos para as suas próprias necessidades. Aumentou também a Frota de Petroleiros.

Para alguns deveria ter realizado mais em termos de ampliação das atividades consideradas básicas, embora essas também tivessem recebido investimentos substanciais.

A rigor, porém, isso perde expressão diante do principal resultado alcançado, a auto-suficiência financeira,

indispensável também à sua consolidação política. Com isso a Empresa pode enfrentar os problemas futuros e diversificar suas atividades no país e no exterior.

Nesse caso particular da Petrobrás os planejadores públicos encontraram o caminho correto ao criarem instrumentos adequados de financiamento, sem com isso desestabilizarem as nossas finanças públicas ou desequilibrarem a nossa economia.

Trata-se de um experiência valiosa no sentido de justificar a presença do Estado, quando indispensável, e de harmonizar a sua presença às exigências globais do nosso desenvolvimento econômico.

1. BELTRÃO, Hélio. *Os 6 equívocos fundamentais sobre a Petrobrás*. Dez. 1957.
2. BRASIL. *Conselho Nacional do Petróleo*. Relatório de 1944. Rio de Janeiro, 1946.
3. _____. *Estudos diversos*. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Tomo 1-2, 1954.
4. _____. *Os fundamentos da Petrobrás*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
5. _____. *Mensagem Presidencial no 469 de 1951*.
6. _____. *Mensagem Presidencial no 470 de 1951*.
7. _____. *Relatório geral*. Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro, Tomo 1-2, 1954.
8. BULHÕES, Otávio G. de. *À Margem de um relatório*. Texto da conclusões da comissão mista brasileira-americana de estudos econômicos (Missão Abbink). Rio de Janeiro: Financeiras, 1950.
9. CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton L.. *Todas as constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1976.
10. CARVALHO, Getúlio. *Petrobrás: Do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
11. COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo:

Difusão Européia do Livro, 1968.

12. COMPARATO, Fábio Konder. Um quadro institucional para o desenvolvimento democrático. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
13. COTTA, Pery. *O petróleo é nosso?* Rio de Janeiro: Guavira, 1975.
14. ELETROBRÁS. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Eletrobrás, 1988.
15. FIESP. Carga Tributária no Brasil. *Cadernos Econômicos*. São Paulo, nº 25, 1975.
16. FONSECA, Gondin da. Que sabe você sobre o petróleo? Rio de Janeiro: São José, 1958.
17. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Memória da Petrobrás*. Rio de Janeiro, 1988.
18. IBGE. *Anuário estatístico*. Rio de Janeiro, 1954-1958.
19. INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO. *Economia do petróleo*. Rio de Janeiro, s.d..
20. JOSEFSOHN, Leon. *Vargas - aço, petróleo e urânio*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1975.
21. KORFF, Eurico. Empresários x Governo. *Problemas Brasileiros*, nº 279, maio/junho 1990.
22. LIMA, Medeiros. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

23. LOBATO, Monteiro. O escândalo do petróleo. São Paulo:
Companhia Editora Nacional, 1936.
24. MARINHO, Ilmar P. Jr. *A História do petróleo no Brasil*.
Rio de Janeiro: CNP.
25. MARTINS, Luciano. *Estado Capitalista e Burocracia no
Brasil pós 64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
26. MIRANDA, Maria Augusta T.. *O petróleo é nosso*.
Petrópolis: Vozes, 1983.
27. O'CONNOR, Harvey. *O império do petróleo*. Rio de
Janeiro: Zahar, 1959.
28. _____. *Petróleo em crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
29. PEREIRA, Osny D.. *Ferro e independência*. Rio de
Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
30. PETROBRÁS. *Atas das assembleias gerais ordinárias e
extraordinárias*. Rio de Janeiro: diversos jornais,
1954-1959.
31. PETROBRÁS. *Balanços gerais*. Rio de Janeiro, 1955-1958.
32. _____. *Legislação do petróleo*. Rio de Janeiro, 1989.
33. _____. *O petróleo e a Petrobrás*. Rio de Janeiro, 1976.
34. _____. *Relatório de atividades*. Rio de Janeiro, 1955-
1958.
35. PINHO, Diva B. & FANGANIELLO, Helena. *Aspectos do
pensamento econômico do Brasil (1940-1960)*. São
Paulo: IPE, 1986.

36. SILVEIRA, Joel & COUTINHO, Lourival. História de uma conspiração. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1959.
37. _____. *O petróleo no Brasil: tração e vitória*. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1957.
38. SMITH, Peter Searborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
39. SODRÉ, Nelson W.. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
40. TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
41. WIRTH, John D.. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1973.

ANEXOS

índice

Estrutura legal	II
Lei N. 2.004, de 03-10-1953	XV
Estrutura Fiscal	XLIII
Lei N. 2.975, de 27-11-1956	LII

ESTRUTURA LEGAL**Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**

Promulgada a 16 de julho de 1934

Da Organização Federal

Art. 5. Compete privativamente à União:

XIX, legislar sobre:

J) Bens do domínio federal, riqueza do sub-solo, mineração, metallurgia, aguas, energia hydro-electrica, florestas, caça e pesca e a sua exploração;

Da Ordem Economico Social

Art. 118. As minas e demais riquezas do sub-solo, bem como as quedas d'agua, constituem propriedade distincta da do sólo para o effeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 119. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas mineraes, bem como das aguas e da energia hydraulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na fórmula da lei.

1. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietario preferenciana exploração ou coparticipação nos lucros.

2. O aproveitamento de energia hydraulica, de potencia reduzida e para uso exclusivo do proprietario, independe de autorização ou concessão.

3. Satisfeitas as condições estabelecidas em lei,

entre as quaes a de possuirem os necessarios serviços technicos e administrativos, os Estados passarão a exercer, dentro dos respectivos territorios a attribuição constante deste artigo.

4. A lei regulará a nacionalização progressiva da minas, jazidas mineraes e quedas d'agua ou outras fontes de energia hydraulica, julgadas basicas ou essenciaes á defesa economica ou militar do paiz.

5. A União, nos casos prescriptos em lei e tendo em vista interesse da collectividade, auxiliará os Estados no estudo e aparelhamento das estancias minero-medicinaes ou thermo-medicinaes.

6. Não dependem de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'agua já utilizadas industrialmente na data desta Constituição e, sob esta mesma ressalva, a exploração das minas e lavra, ainda que transitoriamente suspensa.

Disposições Transitórias

Art. 12. Os particulares ou empresas que ao tempo da promulgação desta Constituição explorarem a industria de energia hydro-electrica ou de mineração, ficarão sujeitos ás normas de regulamentação que forem consagradas na lei federal, procedendo-se, para este effeito, á revisão dos cotractos existentes.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

Decretada a 10 de Novembro de 1937

Da Organização Nacional

Art. 16. Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

XIV - os bens de domínio federal, minas, metalurgia, energia hidráulica, águas, florestas, caça e pesca e sua exploração.

Da Ordem Econômica e Social

Art. 143. As minas e demais riquezas do sub-solo, bem como as quedas d'águas, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para efeito de exploração ou aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas, e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.

Parágrafo 1. A autorização só poderá ser concedida a brasileiros, ou empresas constituídas por acionistas brasileiros, reservada ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros.

Parágrafo 4. Independe de autorização o aproveitamento das quedas d'águas já utilizadas industrialmente na data desta Constituição, assim como nas mesmas condições, a exploração das minas em lavra, ainda que transitòriamente suspenso.

Art. 144. A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e queda d'água ou outras fontes de energia, assim como, das indústrias consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar da Nação.

Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências.

Art. 1. — Fica declarado de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo.

Parágrafo Único — Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo bruto e seus derivados, e bem assim a refinação de petróleo importado, ou seja neste caso a sua fonte de extração.

Art. 2. — Compete exclusivamente ao Governo Federal:

I— autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados, no território nacional;

II— autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, natureza e qualidade dos produtos refinados;

III— estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional e cercando a indústria de refinação de petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda

dos produtos refinados - importados em estado final ou elaborados no país, tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformidade em todo o território da República.

Art. 3. - Fica nacionalizado a indústria da refinação do petróleo importado ou de produção, nacional, mediante a organização das respectivas empresas nas seguintes bases:

I- capital social constituído exclusivamente por brasileiros natos, em ações nominativas;

II- direção e gerência confiadas exclusivamente a brasileiros natos com participação obrigatória de empregados brasileiros, na proporção estabelecida pela legislação do país.

Art. 4. - Fica criado o Conselho Nacional do Petróleo, constituído de brasileiros natos, designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas e Aeronáutica, assim como as organizações de classe da Indústria e do Comércio.

Parágrafo 2. Ao Conselho Nacional do Petróleo, cuja organização e respectivas atribuições serão determinadas em decreto-lei, incumbirá executar as medidas estipuladas neste decreto-lei, autorizar as operações financeiras das empresas, fiscalizá-las, bem como as operações mercantis.

Decreto-lei n. 538, de 7-7-38

Organiza o Conselho Nacional do Petróleo, define suas

atribuições e dá outras providências.

Art. 10. — Incumbe ao Conselho Nacional do Petróleo:

a) autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados no território nacional;

b) autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, e da natureza e qualidade dos produtos de refinação;

c) estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional e cercando a indústria da refinação de petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda dos produtos refinados — importados em estado final ou elaborados no País — tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformidade em todo o território da República;

d) opinar sobre a conveniência da outorga de autorizações de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas requeridas ao Governo Federal;

e) opinar sobre a constituição das reservas de zonas e áreas petrolíferas de que tratam o art. 116 do Decreto-Lei n. 366, de 11 de abril de 1938, e o seu parágrafo único;

f) autorizar e fiscalizar as operações financeiras das

empresas constituídas, ou que se constituírem, para a exploração da indústria da refinação do petróleo, importado ou de produção nacional, qualquer que seja, neste caso, a sua fonte de extração;

g) fiscalizar as operações mercantis de ditas empresas, procedendo, sempre que julgar necessário, ao exame de sua escrituração contábil, a fim de colher elementos que permitam a determinação exata do custo de produção dos derivados;

h) organizar as normas gerais de estabilidade a serem adotadas pelas empresas que explorem a indústria de refinação, de molde a facilitar os exames de que trata o item anterior;

i) organizar e manter um serviço estatístico, tão completo quanto possível, de todas as operações relativas ao abastecimento nacional do petróleo, inclusive dos preços de venda do petróleo bruto e seus derivados no território nacional;

j) sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias à intensificação das pesquisas de petróleo no país e ao barateamento dos hidrocarburetos fluidos em geral, quer de produção nacional quer importados;

k) propor medidas ao Governo no sentido de incentivar no país a indústria da destilação de rochas betuminosas e pirobetuminosas e dos combustíveis fósseis sólidos;

l) determinar dentre os subprodutos de destilação do petróleo aqueles que, de acordo com a presente lei, devam

ser incluídos no abastecimento nacional de petróleo;

m) verificar periodicamente o consumo de hidrocarburetos sólidos ou fluidos nas diversas zonas do país, os estoques existentes, e fixar aos interessados as quotas que poderão importar, dentro de prazos determinados, e bem assim a distribuição destas quotas pelos diferentes pontos de entrada no país;

n) estabelecer os estoques mínimos de hidrocarburetos fluidos a serem permanentemente mantidos pelos importadores ou refinadores, nos pontos do país que determinar, com indicação da natureza e qualidade dos respectivos produtos;

o) propor a alteração dos impostos e taxas de qualquer natureza que gravem a indústria e o comércio do petróleo e seus subprodutos, ou a criação de novos impostos e taxas.

Art. 12. Nenhum compromisso internacional que afete o comércio ou a indústria do petróleo e seus subprodutos será assumido pelo Governo sem a prévia audiência do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 13. O Conselho Nacional do Petróleo, realizará, por intermédio do órgão técnico, que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas de petróleo e gases naturais, bem como, quando julgar conveniente, procederá à lavra e industrialização dos respectivos produtos.

Decreto-lei n. 737, de 23-9-38

Torna obrigatória a adição de álcool anidro à gasolina

produzida no país, qualquer que seja o método ou processo de sua fabricação, e dá outras providências..

Decreto-lei n. 938, de 8-12-38

Sujeita à autorização do Governo o funcionamento das sociedades para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica e dá outras providências..

Decreto-lei n. 4.071, de 12-5-39

Regulamenta o abastecimento nacional do petróleo, de que tratam os Decretos-leis ns. 395 e 538, respectivamente de 29-4 e 7-7-38.

Decreto-lei n. 1.985, de 29-1-40

Código de Minas

Art. 1. — Este Código define os direitos sobre as jazidas e minas, estabelece o regime do seu aproveitamento e regula a intervenção do Estado na indústria de mineração, bem como a fiscalização das empresas que utilizam matéria-prima mineral.

Decreto-lei n. 3.236, de 7-5-41

Institui o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais, de rochas betuminosas e pirobetuminosas e dá outras providências..

Decreto-lei n. 4.382, de 15-6-42

Autoriza o Instituto do Açúcar e do Alcool a fixar a quota

de álcool destinado a carburante de motores de explosão.

Art. 3. — O preço de venda do álcool-motor, nas bombas públicas, qualquer que seja a sua graduação, ou tipo de mistura usado, será fixado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, de acordo com o Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto-lei n. 4.627, de 27-8-42

Estabelece normas sobre a importação a granel dos produtos de petróleo e seus derivados e dá outras providências.

Decreto-lei n. 9.881, de 16-9-46

Autoriza a criação e a constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S.A. e dá outras providências.

Constituição dos estados Unidos do Brasil

Promulgada a 18 de setembro de 1946

Da Organização Federal

Art. 5 Compete à União:

XV, legislar sobre:

1) riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, florestas, caça e pesca.

Da Ordem Econômica e Social

Art. 152. As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 153. O aproveitamento dos recursos minerais e de

energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

Parágrafo 1. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão reguladas de acordo com a natureza delas.

Decreto n. 26.174-A, de 3-7-48

Adota medidas de estímulo à produção alcooleira do país, para fins carburantes.

Lei n. 650, de 13-3-49

Autoriza a abertura de crédito especial para aquisição de locomotivas, refinarias e navios petroleiros, com utilização de recursos já existentes, "ex-vi" da Lei n. 16, de 7-2-47.

Decreto n. 28.050, de 25-4-50

Dispõe sobre a administração da Frota Nacional de Petroleiros.

Decreto n. 28.661, de 19-9-50

Cria a Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso e dá outras providências.

Decreto n. 28.670, de 25-9-50

Inclui os gás liquefeito de petróleo no regime estatuído pelo Decreto n. 4.071, de 12-5-39.

Decreto n. 28.840, de 8-11-50

Declara integrada ao território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente a esse território, e dá outras providências.

Decreto n. 28.948, de 9-12-50

Declara de utilidade pública, para desapropriação pela União Federal, terras e direitos de mineração necessários à industrialização do xisto betuminoso no vale do Rio Paraíba, nos municípios de Taubaté e Tremembé, comarca de Taubaté, do Estado de São Paulo.

Decreto n. 29.006, de 20-12-50

Aprova o Regulamento da Frota Nacional de Petroleiros.

Decreto n. 29.171, de 18-1-51

Aprova o Regimento do Conselho Nacional do Petróleo.

Decreto n. 29.537, de 8-5-51

Reserva à União zona presumidamente petrolífera nos Estados da Bahia e de Sergipe.

Decreto n. 29.577, de 23-5-51

Declara a utilidade pública a desapropriação dos imóveis que menciona necessários à instalação da Refinaria de Petróleo de Cubatão.

Decreto n. 30.161, de 12-11-51

Dispõe sobre órgãos técnicos de exploração do petróleo.

Art. 2. - São incorporados à Divisão Técnica a que se refere o artigo anterior e, por conseguinte, ficam diretamente subordinados ao Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, os seguintes órgãos:

- a) Comissão de Constituição da Refinaria Nacional de Petróleo S.A. (Mataripe);
- b) Comissão da Refinaria de Petróleo de Cubatão;
- c) Comissão de Aquisição de Petroleiros;
- d) Administração da Frota Nacional de Petroleiros;
- e) Comissão de Industrialização do Xisto Betuminoso.

Lei n. 2.004, de 3-10-1953(*)

Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1. - Constituem monopólio da União:

I- a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional;

II- a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III- o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como de gases raros de qualquer origem.

Art. 2. - A União exercerá o monopólio estabelecido no

(*) A lei que consta deste anexo é a original promulgada a 3 de outubro de 1953. Posteriormente ela sofrerá uma série de modificações, as quais constam na publicação PETROBRÁS. *Legislação do petróleo*. Petrobrás: Rio de Janeiro, 1989.

artigo anterior#

I- por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização;

II- por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Art. 3 - O Conselho Nacional do Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República tem por finalidade superintender as medidas concernentes ao abastecimento de petróleo.

Parágrafo 1.- Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de poço ou de xisto, assim como de seus derivados.

Parágrafo 2.- Ainda se inclui na esfera da superintendência do Conselho Nacional do Petróleo o aproveitamento de outros hidrocarbonetos fluidos e de gases raros.

Art. 4. - O Conselho Nacional do Petróleo continuará a reger-se, na sua organização e funcionamento, pelas leis em vigor, com as modificações decorrentes da presente lei.

Parágrafo Único. - O Presidente da República expedirá o novo Regimento do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista o

disposto neste artigo.

CAPÍTULO III

DA SOCIEDADE POR AÇÕES PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (PETROBRÁS) E SUAS SUBSIDIÁRIAS

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO DA PETROBRÁS

Art. 5 - Fica a União autorizada a constituir, na forma desta lei, uma sociedade por ações, que se denominará Petróleo Brasileiro S.A. e usará a sigla ou abreviatura de PETROBRÁS.

Art. 6. - A Petróleo Brasileiro S.A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo - proveniente de poço ou de xisto - de seus derivados bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins.

Parágrafo único - A pesquisa e a lavra realizadas pela Sociedade obedecerão a planos por ela organizados e aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, sem as formalidades, exigências de limitações de áreas e outras julgadas dispensáveis, em face do Decreto-lei n. 3.236, de 7 de maio de 1941.

Art. 7. - O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

Parágrafo 1.º - Os atos constitutivos serão precedidos:

I - pelo estudo e aprovação do projeto de organização dos

serviços básicos da Sociedade, quer internos, quer externos;

II- pelo arrolamento, com todas as especificações, dos bens e direitos que a União destinar à integralização de seu capital;

III- pela elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.

Parágrafo 2.- Os atos constitutivos compreenderão:

I- aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União;

II- aprovação dos Estatutos;

III- aprovação do plano de transferência dos serviços que tenham de passar do Conselho Nacional do Petróleo para a Sociedade e das verbas respectivas.

Parágrafo 3.- A Sociedade será constituída em sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.

Parágrafo 4.- A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica no registro do Comércio.

Art. 8. - Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da lei de sociedades anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificação desta lei depende de autorização legislativa, e,

nos demais casos, fica subordinada à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

SEÇÃO II

DO CAPITAL DA PETROBRÁS

Art. 9. - A Sociedade terá inicialmente o capital de CR\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor de CR\$200,00 (duzentos cruzeiros), cada uma.

Parágrafo 1.- até o ano de 1957, o capital será elevado a um mínimo de CR\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), na forma prevista no art. 12.

Parágrafo 2.- As ações da Sociedade serão ordinárias, nominativas, com direito de voto, e preferenciais, sempre sem direito de voto, e inconversíveis em ações ordinárias, podendo os aumentos de capital dividir-se, em todo ou em parte, em preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9 do referido Decreto-lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940.

Parágrafo 3.- As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 5% (cinco por cento).

Parágrafo 4.- As ações da Sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100 (cem) a 100.000 (cem mil) ações, sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

Art. 10 - A União subscreverá a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias e, para sua integralização, disporá de bens e direitos que possui, relacionados com o petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais; também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante.

Parágrafo 1.- Se o valor dos bens e direitos referidos neste artigo, apurado mediante avaliação aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo, não bastar para integralização do capital, a União o fará em dinheiro.

Parágrafo 2.- Fica o Tesouro Nacional, no caso previsto no parágrafo anterior, autorizado a fazer adiantamentos sobre a receita dos tributos e contribuições destinados à integralização do capital da Sociedade, ou efetuar operações de crédito por antecipação da receita até a quantia de CR\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

Parágrafo 3.- A União transferirá, sem ônus, aos Estados e Municípios, em cujos territórios existem ou venham a ser descobertas jazidas e minas de petróleo de rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais, respectivamente, 8% (oito por cento) e 2% (dois por cento) das ações relativas ao valor atribuído a essas jazidas e pelo qual sejam incorporadas ao capital da PETROBRÁS no ato

de sua constituição ou posteriormente.

Art. 11 - As transferências pela União de ações do capital social ou as subscrições de aumento de capital pelas pessoas naturais e jurídicas, às quais a lei confere este direito, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos 51% (cinquenta e um por cento) não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

Parágrafo único - será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

Art. 12 - Os aumentos periódicos do capital da Sociedade far-se-ão com recursos mencionados nos artigos seguintes.

Art. 13 - A parte da receita do imposto único sobre combustíveis líquidos a que se refere o art. 3. da Lei n. 1749, de 28 de novembro de 1952, terá a seguinte aplicação:

I- os 40% (quarenta por cento) pertencentes à União em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital previsto no 1. do art. 9. e, eventualmente, na tomada de obrigações;

II- os 60% (sessenta por cento) pertencentes aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios serão aplicados:

a) em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital, de acordo com os planos

aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, devendo a participação de cada entidade ser, no mínimo, proporcional à respectiva cota do imposto único;

b) na tomada de obrigações da Sociedade ou de ações e obrigações das Subsidiárias, ficando sempre assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma participação proporcional às respectivas contribuições, observada a preferência estabelecida no art. 40.

Parágrafo único. — A cota do Fundo Rodoviário Nacional que cabe às entidades mencionadas no inciso II, poderá ficar retida se for oposto qualquer obstáculo à aplicação da percentagem especificada no mesmo inciso aos fins e nos termos estabelecidos neste artigo.

Art. 14 — O produto dos impostos de importação e de consumo incidente sobre veículos automóveis e do imposto sobre a remessa de valores para o exterior, correspondente à importação desses veículos, suas peças e acessórios, se destina à subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade.

Art. 15 — Os proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos, contribuirão anualmente, até o exercício de 1957, com as quantias discriminadas na tabela anexa, recebendo, respeitado o disposto no art. 18, certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações da Sociedade, os quais conterão declaração expressa desse direito, assegurada a responsabilidade

solidária da União em qualquer hipótese, pelo valor nominal de tais títulos.

Parágrafo único. - Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere este artigo, promovendo o Governo convênio ou entendimento com as demais entidades de direito público para que, em relação ao licenciamento e emplacamento anual daqueles veículos, nos limites de sua competência seja prestada colaboração no mesmo sentido.

Art. 16 - Os recursos de que tratam os arts. 13, 14 e 15 serão recolhidos à conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

Parágrafo 1.º - A União, por intermédio do representante designado nos termos do art. 7.º, poderá movimentar os recursos destinados por esta lei à PETROBRÁS, antes de sua constituição de acordo com as instruções do Ministro da Fazenda, para ocorrer às respectivas despesas.

Parágrafo 2.º - Ainda que não tenham sido distribuídas as ações correspondentes ao aumento de capital, a Sociedade poderá movimentar as contas especiais referidas neste artigo.

Art. 17 - A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem garantia do Tesouro.

SEÇÃO III**DOS ACIONISTAS DA PETROBRÁS**

Art. 18 - Os Estatutos da Sociedade, garantida a preferência às pessoas jurídicas de direito público interno, poderão admitir como acionistas somente:

I- as pessoas jurídicas de direito público interno;

II- o Banco do Brasil e as sociedades de economia mista, criadas pela União, pelos Estados ou Municípios, as quais, em consequência de lei, estejam sob controle permanente do Poder Público;

III- os brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos e residentes no Brasil, uns e outros solteiros ou casados com brasileiras ou estrangeiras, quando não o sejam sob o regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento, limitada a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vinte mil);

IV- as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no artigo 9., letra "b", do Decreto n. 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 100.000 (cem mil);

V- as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, de que somente façam parte as pessoas indicadas no item III, limitada a aquisição de ações ordinárias a 20.000 (vinte mil).

SEÇÃO IV

DA DIRETORIA E DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRÁS

Art. 19 - A Sociedade será dirigida por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e uma Diretoria Executiva.

Parágrafo 1.- O Conselho de Administração será constituído de:

a) 1 (um) Presidente nomeado pelo Presidente da República e demissível ad nutum, com direito de veto sobre as decisões do próprio Conselho e da Diretoria Executiva.

b) de 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República, com mandato de 3 (três) anos.

c) Conselheiros eleitos pelas pessoas jurídicas de direito público, com exceção da União, em número máximo de 3 (três) e com mandato de 3 (três) anos.

d) Conselheiros eleitos pelas pessoas físicas e jurídicas de direito privado, em número máximo de 2 (dois) e com mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo 2.- O número dos Conselheiros será fixado na proporção de um para cada parcela de 7,5% (cinco por cento) do capital votante da Sociedade, subscrito pelas pessoas mencionadas nas letras C e D do Parágrafo 1.

Parágrafo 3.- A Diretoria Executiva compor-se-á do Presidente e dos 3 (três) Diretores nomeados pelo Presidente da República.

Parágrafo 4.- É privativo dos brasileiros natos o exercício das funções de membro do Conselho de Administração e do

Conselho Fiscal.

Parágrafo 5.- Do veto do Presidente ao qual se refere a letra a. do Parágrafo 1., haverá recurso ex-officio para o Presidente da República, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo.

Parágrafo 6. Os 3 (três) primeiros Diretores serão nomeados pelos prazos de, respectivamente, 1 (hum), 2 e 3 (três) anos, de forma a que anualmente termine o mandato de um Diretor.

Art. 20 - O Conselho Fiscal será constituído de 5 (cinco) membros, com mandato de 3 (três) anos.

Parágrafo Único - A União elegerá um representante, as pessoas físicas e jurídicas de direito privado outro, as demais pessoas jurídicas de direito público, três assegurados neste caso, a cada grupo de acionistas que representar um terço dos votos, o direito de eleger separadamente um membro.

Art. 21 - O Conselho Fiscal da Petróleo Brasileiro S.A., terá as atribuições constantes do art. 127 do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, não se lhe aplicando o Decreto Lei n. 2.928, de 31 de dezembro do mesmo ano.

SEÇÃO V**DOS FAVORES E OBRIGAÇÕES ATRIBUÍDAS À PETROBRÁS**

Art. 22 - Os atos de constituição da Sociedade e de integralização do seu capital, bem como as propriedades que

possuir e as aquisições de bens móveis e imóveis que fizer e ainda os instrumentos de mandato para o exercício do direito de voto nas Assembléias Gerais serão isentos de impostos e taxas e quaisquer outros ônus fiscais compreendidos na competência da União, que se entenderá com as outras entidades de direito público, solicitando-lhes os mesmos favores para a Sociedade, da qual participarão, na esfera de sua competência tributária.

Art. 23 - A Sociedade gozará de isenção de direitos de importação para consumo e de impostos adicionais em relação aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados à construção, instalação, ampliação, melhoramento, funcionamento, exploração, conservação e manutenção de suas instalações, para os fins a que se destina.

Parágrafo Único - Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo, com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante portaria dos inspetores das alfândegas.

Art. 24 - À Sociedade fica assegurado o direito de promover desapropriação, nos termos da legislação em vigor.

Art. 25 - Dependendo sempre de prévia e específica aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, a Sociedade só poderá dar garantia a financiamentos, tomados no país ou no exterior, a favor de empresas subsidiárias, desde que a operação no caso

de capital estrangeiro não tenha qualquer vinculação real.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá dar aos financiamentos tomados no exterior, pela Sociedade e pelas suas subsidiárias, a garantia do Tesouro Nacional até 25% (vinte e cinco por cento) do respectivo capital integralizado, quando se tornar necessário pelo vulto de operação e pelo iminente interesse nacional em causa.

Art. 26 - Somente quando os dividendos atingirem 6% (seis por cento), poderá a Assembléia Geral dos Acionistas fixar as percentagens ou gratificação por conta dos lucros para a Administração da Sociedade.

Art. 27 - A Sociedade e suas subsidiárias ficam obrigadas a pagar indenização correspondente a 4% (quatro por cento) sobre o valor do óleo extraído ou do xisto ou do gás aos Estados e Territórios onde fizerem a lavra do petróleo e xisto betuminoso e a extração de gás de indenização de 1% (um por cento) aos Municípios onde fizerem a mesma lavra ou extração.

Parágrafo 1.º - Os valores do óleo e do xisto betuminoso serão fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Parágrafo 2.º - Será efetuado trimestralmente o pagamento de que trata este artigo.

Parágrafo 3.º - Os Estados, Territórios e Municípios deverão aplicar os recursos fixados neste artigo, preferentemente, na produção de energia elétrica e na pavimentação de

rodovias.

Art. 28 - A União poderá incumbir à Sociedade a execução de serviços condizentes com a sua finalidade, para os quais destinar recursos financeiros especiais.

Art. 29 - Os direitos relativos a concessões e autorizações referentes a jazidas de óleo mineral, refinarias e oleodutos que a Sociedade receber da União serão inalienáveis, ainda quando, como valor econômico, seja pela PETROBRÁS, cedido o seu direito de utilização dos mesmos a qualquer de suas subsidiárias.

Art. 30 - Não ocorrendo a desapropriação, a PETROBRÁS indenizará pelo seu justo valor aos proprietários do solo pelos prejuízos causados com a pesquisa ou lavra.

Art. 31 - A PETROBRÁS, de acordo com a orientação do Conselho Nacional do Petróleo, deverá manter um coeficiente mínimo de reservas de óleo nos campos petrolíferos.

Art. 32 - A PETROBRÁS e as sociedades dela subsidiárias enviarão ao Tribunal de Contas, até 31 de março de cada ano, as contas gerais da Sociedade, relativas ao exercício anterior, as quais serão por aquele remetidas à Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Parágrafo único - O Tribunal de Contas limitar-se-á a emitir parecer sobre as contas que lhes forem enviadas. E o Congresso Nacional, depois de tomar conhecimento das mesmas,

sem julgá-las, e do parecer do Tribunal, adotará, por qualquer de suas Casas, quanto ao assunto, as medidas que a sua ação fiscalizadora entender convenientes.

Art. 33 - A direção da PETROBRÁS e a direção das sociedades dela subsidiárias são obrigadas a prestar as informações que lhes forem solicitadas pelo Congresso Nacional acerca dos seus atos e deliberações.

Art. 34 - Quando o acionista for pessoa jurídica de direito público, ser-lhe-á facultado o exame dos papéis e documentos da Sociedade para o fim de fiscalização das contas.

Art. 35 - Os Estatutos da PETROBRÁS presteverão normas específicas para a participação dos seus empregados nos lucros da Sociedade, as quais deverão prevalecer até que, de modo geral, seja regulamentado o inciso IV art. 157 da Constituição.

SEÇÃO VI

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO PESSOAL

Art. 36 - Os militares e os funcionários públicos civis da União e das entidades autárquicas, paraestatais e das sociedades de economia mista, poderão servir na PETROBRÁS em funções de direção ou de natureza técnica, na forma do Decreto-Lei n. 6.877, de 18 de setembro de 1944, não podendo todavia, acumular vencimentos, gratificações ou quaisquer outras vantagens, sob pena de se considerar como tendo

renunciado ao cargo primitivo.

Parágrafo único - Na hipótese de o Conselho Nacional do Petróleo reduzir o seu pessoal, a PETROBRÁS dará preferência, no preenchimento dos cargos ou funções de acordo com as suas aptidões, aos servidores dispensados.

Art. 37 - Não se aplica aos diretores, funcionários e acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. o disposto na alínea c do art. 2.º do Decreto-Lei n.º 538, de 7 de julho de 1938, podendo ser acionistas da Sociedade os funcionários dela e os servidores públicos em geral, inclusive os do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 38 - A Sociedade contribuirá para a preparação do pessoal técnico necessário aos seus serviços, bem como de operários qualificados, através de cursos de especialização, que organizará, podendo também conceder auxílios aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo para a preparação no exterior e outros meios adequados.

SEÇÃO VII

DAS SUBSIDIÁRIAS DA PETROBRÁS

Art. 39 - A Sociedade operará diretamente ou através de suas subsidiárias, organizadas com aprovação do Conselho Nacional do Petróleo, nas quais deverá sempre ter maioria das ações com direito a voto.

Parágrafo 1.º - Na composição da restante parte do capital,

observar-se-á o mesmo critério estabelecido para a PETROBRÁS, assegurada a proporcionalidade a que se refere o art. 13, inciso II, letra b, e a preferência estabelecida no art. 40.

Parágrafo 2.º - Os cargos de direção das empresas referidas neste artigo serão privativos dos brasileiros natos, sempre que seu objeto seja qualquer das atividades da indústria do petróleo.

Parágrafo 3.º - Na constituição dos corpos de direção e fiscalização das subsidiárias serão adotados critérios análogos aos estabelecidos nesta lei, assegurando-se ainda, às pessoas de direito público, com interesse relevante naquelas empresas, a representação da diretoria executiva.

Art. 40. - Ao Estado em cujo território for extraído ou refinado óleo cru ou explorado gás natural será assegurada a preferência com o concurso dos seus municípios, para a participação nas sociedades subsidiárias destinadas à sua refinação ou distribuição, até o montante de 20% (vinte por cento) do seu capital.

Parágrafo único - Sempre que o Estado produtor de petróleo ou de gás manifestar o propósito de usar da preferência de que trata este artigo, ser-lhe-ão atribuídas ou transferidas pela PETROBRÁS, nos limites prefixados, as ações que o mesmo se proponha tomar e para cuja integralização serão, previamente, estabelecidos os prazos e condições que, visando a facilitar a colaboração do Estado, não

sacrifiquem, no entanto, os interesses relacionados com a constituição e o funcionamento das subsidiárias de que o mesmo deva participar.

Art. 41 - A Petrobrás, por autorização do Presidente da República, expedida em decreto, e depois de ouvido o Conselho nacional do Petróleo, poderá associar-se, sem as limitações previstas no art. 39, a entidades destinadas à exploração do petróleo fora do território nacional, desde que a participação do Brasil ou de entidades brasileiras seja prevista, em tais casos, por tratado ou convênio. Art. 42 - O disposto nos arts. 22, 23, 24, 33 e 36 aplica-se, igualmente às empresas subsidiárias da Sociedade.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 43 - Ficam excluídas do monopólio estabelecido pela presente lei as refinarias ora em funcionamento no País, e mantidas as concessões dos oleodutos em idêntica situação.

Art. 44 - Não ficam prejudicadas as autorizações para a instalação e exploração de refinarias no País, feitas até 30 de junho de 1952, salvo se as mesmas não estiverem em funcionamento nos prazos prefixados até a presente data.

Art. 45 - Não será dada autorização para a ampliação de sua capacidade às refinarias de que tratam os dois artigos anteriores.

Art. 46 - A Petróleo Brasileiro S.A. poderá, independentemente de autorização legislativa especial, participar, como acionista, de qualquer das empresas de refinação de que tratam os artigos antecedentes para o fim de torná-las subsidiárias.

Parágrafo Único - A Petróleo Brasileiro S.A., a adquirirá nos casos do presente artigo, no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) das ações de cada empresa.

Art. 47 - Do monopólio estabelecido pela presente lei ficam excluídos os navios-tanque de propriedade particular, ora utilizados no transporte especializado de petróleo e seus derivados.

Art. 48 - As contribuições especiais para pesquisa e outras, a que se obrigam as empresas concessionárias, na forma da lei vigente, e ainda as multas em que incorrerem os titulares de autorizações ou concessões para quaisquer das atividades relacionadas com hidrocarbonetos líquidos, serão destinadas à subscrição, pela União, de ações e obrigações da Sociedade ou de suas subsidiárias.

Art. 49 - As sociedades de economia mista, a que se refere o inciso II do art. 18, dispensadas da prova de nacionalidade brasileira dos seus sócios ou acionistas, são exclusivamente as existentes na data da vigência desta lei.

Art. 50 - Sempre que o Conselho Nacional do Petróleo tiver que deliberar sobre assunto de interesse da Sociedade, o

presidente desta participará das sessões plenárias, sem direito a voto.

Art. 51 - Na regulamentação desta lei, o Poder Executivo disciplinará relações entre a Sociedade e o Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 52 - O saldo das dotações orçamentárias e créditos adicionais do Conselho Nacional do Petróleo, para o exercício em que entrar em funcionamento a PETROBRÁS, correspondentes a serviços, encargos, obras, equipamentos e aquisições, ou quaisquer outras relativas a atividades que passarem à Sociedade, lhe será entregue logo que constituída.

Parágrafo único - Essas quantias serão levadas à conta de integralização do capital da União.

Art. 53 - Da receita do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos de que trata a Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952, 48% (quarenta e oito por cento) caberão aos Estados e Distrito Federal, feita a distribuição separadamente para os produtos oriundos de matéria-prima nacional e para os produtos importados ou de óleo importado.

I- A parte da receita destinada aos empreendimentos ligados à indústria do petróleo (art. 3. da Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952) terá a aplicação prevista no art. 13 desta lei.

II- A parte da receita destinada ao Fundo Rodoviário

Nacional será aplicada de acordo com as disposições da Lei n. 302, de 13 de julho de 1948 e Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Parágrafo 1.- A receita resultante dos produtos, de matéria-prima nacional será distribuída, observadas as disposições dos incisos anteriores aos Estados e Distrito Federal, da seguinte forma:

- 1) 18% (dezoito por cento) proporcionalmente às superfícies;
- 2) 36% (trinta e seis por cento), proporcionalmente às populações;
- 3) 36% (trinta e seis por cento), proporcionalmente aos consumos;
- 4) 10% (dez por cento) proporcionalmente à produção de óleo cru de poço ou de xisto ou ainda de condensados.

Parágrafo 2.- A receita resultante de derivados importados ou produzidos com óleo cru importado será distribuída aos Estados e ao Distrito Federal, pela forma seguinte:

- 1) 20% (vinte por cento) proporcionalmente às superfícies;
- 2) 40% (quarenta por cento) proporcionalmente às populações;
- 3) 40% (quarenta por cento) proporcionalmente aos consumos.

Parágrafo 3.- As proporções de consumo previstas nos parágrafos anteriores serão calculadas com base nas quantidades consumidas em cada unidade federativa e não

sobre o imposto pago.

Parágrafo 4.- A distribuição da cota de 12% (doze por cento) do imposto único, que caberá aos Municípios, far-se-á, também, no que for aplicável pelos critérios dos parágrafos anteriores.

Parágrafo 5.- Os novos critérios de distribuição, estabelecidos no presente artigo, só vigorarão a partir de 1954.

Art. 54 - Anualmente, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará em obras rodoviárias, nos Territórios Federais, quantia não inferior à cota que caberia a cada um, caso participasse da distribuição prevista no art. 53 da presente lei, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 55 - Aos empregados e servidores da Sociedade aplicar-se-ão os preceitos da legislação do trabalho nas suas relações com a PETROBRÁS.

Art. 56 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1953; 132. da Independência e 65. da República.

GETULIO V. VARGAS

Tancredo de Almeida Neves

Renato de Almeida Guilhobel

Cyrol Espirito Santo Cardoso

Vicente Ráo

Oswaldo Aranha

José Américo

João Cleofas

Antônio Balbino

João Goulart

Nero Moura

Tabela a que se refere o artigo 15 desta lei

A) Automóveis, inclusive camionetas:

a) Particulares:

Até o peso de 1.000 Kg inclusive	1.000,00
De mais de 1.000 até 1.500 Kg inclusive	2.000,00
De mais de 1.500 até 1.800 Kg inclusive	4.000,00
De mais de 1.800 Kg	8.000,00

Nota 1a. Reduzam-se de 20% (Vinte por cento) as contribuições quanto aos automóveis de mais de 3 (três) até 5 (cinco) anos de fabricação; de 40% (quarenta por cento) quanto aos de mais de 5 (cinco) até 7 (sete) anos; de 60% (sessenta por cento) quanto aos de mais de 7 (sete) até 10 (dez) anos, e de 80% (oitenta por cento) quanto aos de mais de 10 (dez) anos de fabricação.

Nota 2a. - Aplicam-se aos jipes e outros automóveis de reduzido valor, utilizados em atividades rurais, agropecuárias, florestais, minerais e em obras públicas, as bases de contribuição a seguir especificadas para automóveis de aluguel.

b) de aluguel:

Até o peso de 1.000 Kg inclusive	200,00
De mais de 1.000 a 1.500 Kg	400,00
De mais de 1.500 a 1.800 Kg	800,00
De peso superior a 1.800 Kg	1.600,00

NOTA: Reduzam-se de 50% (cinquenta por cento) as

contribuições quando se relacionarem com automóveis de mais de 5 (cinco) anos de fabricação, caso em que os de peso até 1.000 Kg ficam isentos e isentam-se todos os automóveis de mais de 10 (dez) anos de fabricação, bem como qualquer outro que seja o único possuído e diretamente explorado pelo proprietário.

B) Caminhões e outros veículos de carga:

De menos de 1 tonelada de carga	200,00
De 1 a 2 toneladas de carga	400,00
De 2 a 5 toneladas de carga	800,00
De 5 a 7 toneladas de carga	1.200,00
De 7 a 10 toneladas de carga	1.600,00
De mais de 10 toneladas de carga	2.000,00

NOTA: Reduzam-se de 50% (cinquenta por cento) as contribuições, quando se relacionarem com veículos de mais de 5 (cinco) anos de fabricação, caso em que os de capacidade inferior a uma tonelada ficarão isentos e isentam-se todos os de mais de 10 (dez) anos de fabricação, bem como qualquer outro que seja o único possuído e diretamente explorado pelo proprietário.

C) Ônibus:

Com capacidade até 20 passageiros, inclusive	1.600,00
Com capacidade de 21 a 30 passageiros	2.400,00
Com capacidade de 31 a 40 passageiros	3.200,00
Com capacidade de 41 ou mais passageiros	4.000,00

D) Veículos Aquáticos:

a) Particulares, para recreio:

Com motor até 5 HP	400,00
Com motor de mais de 5 até 10 HP	1.000,00
Com motor de mais de 10 até 20 HP	2.400,00
Com motor de mais de 20 até 30 HP	4.000,00
Com motor de mais de 30 até 50 HP	6.400,00
Com motor de mais de 50 até 100 HP	12.000,00
Com motor de mais de 100 HP	20.000,00

NOTA: As contribuições devidas pelos proprietários de embarcações destinadas a fins industriais e comerciais, conquanto privativas, são as constantes da tabela a seguir:

b) Para transportes industriais ou comerciais:

Com motor até 10 HP	isentos
Com motor de mais de 10 até 20 HP	200,00
Com motor de mais de 20 até 30 HP	400,00
Com motor de mais de 30 até 50 HP	800,00
Com motor de mais de 50 até 100 HP	1.200,00
Com motor de mais de 100 HP	2.000,00

NOTA 1.a - Reduzam-se de 50% (Cinquenta por cento) as contribuições quando se referirem a embarcações equipadas com motores de mais de 5 (cinco) anos de uso, caso em que serão isentas as embarcações até 20 HP.

NOTA 2.a - Isentam-se todas as embarcações com motores com mais de quinze anos de uso e as que se destinem à pesca até 20 HP, desde que seja a única possuída e diretamente explorada pelo proprietário.

E) Veículos Aéreos:

a) Para transporte privado ou de recreio:

Com motores até 150 HP	5.000,00
Com motores de mais de 150 até 450 HP	10.000,00
Com motores de mais de 450 até 1.000 HP	20.000,00
Com motores de mais de 1.000 até 2.000 HP	25.000,00
Com motores de mais de 2.000 HP	50.000,00

b) Para transportes industriais ou comerciais e serviços especializados:

Com motores até 150 HP	600,00
Com motores de mais de 150 até 450 HP	1.000,00
Com motores de mais de 450 até 1.000 HP	2.000,00
Com motores de mais de 1.000 até 2.000 HP	2.600,00
Com motores de mais de 2.000 HP	5.000,00

c) Para instrução isentos

Estrutura Fiscal

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

Promulgada a 16 de julho de 1934

Da Organização Federal

Art. 6. Compete também, privativamente à União:

I, decretar impostos:

a) sobre a importação de mercadorias de procedência estrangeira;

b) de consumo de quaesquer mercadorias, excepto os combustíveis de motor de explosão; —

c) de renda e proventos de qualquer natureza, exceptuada a renda cedular de immoveis;

d) de transferencia de fundos para o exterior;

e) sobre actos emanados do seu governo, negocios da sua economia e instrumentos de contracto ou actos regulados por lei federal;

f) nos Territorios, ainda, os que a Constituição attribue aos Estados.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil

Decretada a 10 de novembro de 1937

Da Organização Nacional

Art. 20. É da competência privada da União:

I, Decretar impostos:

a) sobre a importação de mercadorias de procedência estrangeira;

b) de consumo de quaisquer mercadorias;

- c) de renda e proventos de qualquer natureza;
- d) de transferência de fundos para o exterior;
- e) sobre atos emanados do seu governo, negócios da sua economia e instrumento ou contratos regulados por lei federal;
- f) nos Territórios, os que a Constituição atribui aos Estados;

Decreto-Lei 538, de 7-7-38

Organiza o Conselho Nacional do Petróleo, define suas atribuições e dá outras providências.

Art. 10. - Incumbe ao Conselho Nacional do Petróleo:

- o) propor a alteração dos impostos e taxas de qualquer natureza que gravem a indústria e o comércio do petróleo e seus subprodutos, ou a criação de novos impostos e taxas.

Art. 11. - Não será feita alteração alguma dos impostos ou taxas de qualquer natureza que gravem a indústria e o comércio de petróleo e seus subprodutos, nem criados novos ônus fiscais sem a prévia audiência do Conselho Nacional do Petróleo.

Lei Constitucional n. 3 - de 18 de setembro de 1940

Emenda aos Arts. 23 35 da Constituição

Art. 1. O Art. 23 da Constituição fica assim redigido:

"Art. 23. é da competência exclusiva dos Estados, salvo a limitação constante do art. 35, letra d:

I- a decretação de impostos sobre:

- a) a propriedade territorial, exceto a urbana;

- b) transmissão de propriedade "causa mortis";
- c) transmissão da propriedade imóvel inter-vivos, inclusive a sua incorporação ao capital de sociedade;
- d) vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, isenta a primeira operação do pequeno produtor, como tal definido em lei estadual;
- e) exportação de mercadoria de sua produção até o máximo de dez por cento "ad valorem", vedados quaisquer adicionais;
- f) indústrias e profissões;
- g) atos emanados do seu governo e negócios da sua economia, ou regulados por lei estadual;

II- cobrar taxas de serviços estaduais.

"Art. 35. é defeso aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- a) denegar uns aos outros, ou aos Territórios, a extradição de criminosos, reclamada, de acordo com as leis da União, pelas respectivas justiças;
- b) estabelecer discriminação tributária ou de qualquer outro tratamento entre bens ou mercadorias por motivo de sua procedência;
- c) contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Conselho Federal;
- d) tributar, direta ou indiretamente, a produção e o comércio, inclusive a distribuição e a exportação, de carvão

mineral nacional e de combustíveis e lubrificantes líquidos de qualquer origem".

Lei Constitucional n. 4 - de 20 de setembro de 1940

Emenda o art. 20 da Constituição

Artigo Único - É da competência privativa da União, além dos poderes que lhe atribui o artigo 20 da Constituição, o de tributar a produção e o comércio, a distribuição e o consumo, inclusive a importação e a exportação do carvão mineral nacional e dos combustíveis e lubrificantes líquidos de qualquer origem.

O tributo sobre combustíveis e lubrificantes líquidos terá a forma de imposto único, incidindo sobre cada espécie de produto. Da sua arrecadação caberá aos Estados e Municípios uma quota-parte proporcional ao consumo nos respectivos territórios, a qual será aplicada na conservação e no desenvolvimento da suas redes rodoviárias.

Decreto-Lei N. 2.615, de 21-9-40

Cria o imposto único federal sobre os combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados e produzidos no país, regula sua distribuição e dá outras providências.

Art. 1. Os combustíveis e lubrificantes líquidos minerais, importados ou produzidos no país, ficam sujeitos a um imposto único, federal, cobrado sob a forma de direitos de importação para consumo, quando de procedência estrangeira, e de imposto de consumo, quando produzidos no país.

Parágrafo Único - O imposto único de que trata este artigo não exclui a incidência dos impostos de renda e do selo, previstos nas leis e regulamentos em vigor.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil

Promulgada a 18 de setembro de 1946

Da Organização Federal

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

I- importação de mercadorias de procedência estrangeira;

II- consumo de mercadorias;

III- produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que for aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica;

IV- renda e proventos de qualquer natureza;

V- transferência de fundos para o exterior;

Parágrafo 2. A tributação de que trata o no. III terá a forma de imposto único, que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal.

Lei N. 302 - de 13 de julho de 1948

Estabelece normas para a execução do parágrafo 2.º do Art. 15 da Constituição Federal, na parte referente à tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos.

Art. 1.º A receita da tributação de lubrificantes e combustíveis líquidos, importados e produzidos no país, constitui o Fundo Rodoviário Nacional destinado à construção, melhoramento e conservação de estradas de rodagem compreendidas nos Planos Rodoviários Nacional, Estaduais e Municipais.

Art. 2.º Do total do Fundo Rodoviário Nacional 40% (quarenta por cento) constituem receita do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 3.º Do total do Fundo Rodoviário Nacional 48% (quarenta e oito por cento) serão entregues aos Estados e ao Distrito Federal, feita a distribuição da seguinte forma:

I- duas décimas partes do montante a distribuir proporcionalmente às superfícies;

II- duas décimas partes, proporcionalmente às populações;

III- seis décimas partes, proporcionalmente aos consumos de lubrificantes e combustíveis líquidos.

Art. 4.º Os restantes 12% (doze por cento) do Fundo Rodoviário Nacional serão entregues aos Estados, aos Territórios e ao Distrito Federal, feita a distribuição da mesma forma indicada no artigo anterior, e deverá cada Estado ou Território entregar aos seus Municípios a quota

que lhes couber divididas nas mesmas condições entre os Municípios.

Lei N. 1.749 - de 28-11-52

Dispõe sobre a cobrança do Imposto Único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, de qualquer origem.

Art. 1. Os lubrificantes e combustíveis líquidos, ou gasosos de qualquer origem ou natureza, ficam sujeitos a imposto único, cobrado pela União:

a) quando de procedência estrangeira sob a forma de direitos de importação para consumo e nas seguintes bases:

Mercadorias - Unidades	Direitos	
	Gerais	Mínimos
Gás liquefeito-Ton. P.R.	1.230,00	1.000,00
Gasolina-Ton. P.L.	1.722,00	1.400,00
Querosene-Ton. P.L.	467,70	389,00
óleo para fabricação de gás(gás oil) para a lamparina de mecha(signal oil) - Ton. P.L.	172,00	140,00
óleo para motor de combustão interna (diesel oil)- Ton. P.L.	172,00	140,00
óleo para fornos ou caldeiras de vapor (Fuel oil) - Ton. P.R.	116,00	95,00
óleos lubrificantes simples, compos- tos ou emulsivos - Ton. P.L.	1.476,00	1.200,00

b) quando de produção nacional sob a forma de imposto de consumo e nas seguintes bases, por quilograma ou fração, peso líquido:

Gás liquefeito	0,90
Gasolina	1,00
Querosene	0,28
óleo para fabricação de gás (gás oil) e para lamparina de mecha (signal oil)	0,07
óleo para motor de combustão interna (diesel oil)	0,07
óleo para fornos ou caldeiras de vapor (Fuel oil)	0,08
óleos para lubrificantes, simples, compostos e emulsivos	0,80

Parágrafo Único - Na classificação de gás liquefeito, incluído por esta lei no art. 599 da Tarifa das Alfândegas - Lei n. 313, de 30 de julho de 1948 - compreendem-se o gás butano e o gás propano.

Art. 8. A receita proveniente do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, será recolhido diariamente ao Banco do Brasil S.A. pelas estações arrecadadoras, mediante guia na qual será discriminada em duas parcelas de 75 e 25% (setenta e cinco e vinte e cinco por cento) e destina-se: a primeira a conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nos termos da Lei N. 302, de 13 de julho de 1948, e a segunda à disposição dos empreendimentos ligados à

indústria do petróleo e para aplicação conforme a lei
determinar.

LEI N. 2.975

de 27 de novembro de 1956

Altera a legislação do Imposto Único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. A produção, o comércio, a distribuição, o consumo e a importação e exportação de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, de qualquer origem ou natureza, estão sujeitos exclusivamente ao imposto previsto no art. 15, inciso II, da Constituição Federal, cobrado pela União na forma desta lei.

1. Será concedido autorização somente para importação a granel de óleos lubrificantes e demais derivados do petróleo, ficando vedada a entrada desses produtos no País, já acondicionados em vasilhames metálicos.

2. Na ocorrência de casos especiais, plenamente comprovados, o Conselho Nacional do Petróleo poderá autorizar a importação, em quantidades mínimas, de determinados óleos minerais, especiais envasilhados.

3. O imposto único exclui a incidência de quaisquer outros impostos federais, estaduais e municipais, exceto os de renda e selo.

Art. 2. O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos de procedência estrangeira será ad-valorem, calculado sobre o custo CIF, nas percentagens seguintes, conforme o produto:

Gás Liquefeito - 80%

Gasolina de aviação - 65% em 1957, 75% em 1958, 85% a partir de 1959.

Gasolina Automotiva - 150%

Gasolina "premium" - 200%

Querosene - em 1957: 80%; em 1958: 90%; a partir de 1959: 100%.

óleo para fabricação de gás ("gás oil") para lamparinas de mechas ("signal oil") e para motores de combustão interna ("Diesel oil") - em 1957: 55%, em 1958: 65%, a partir de 1959: 80%.

óleos para fornos ou caldeiras a vapor ("fuel oil") - em 1957: 50%; em 1958: 60%; a partir de 1959: 70%.

óleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos - a granel: 150%, idem, embalados: 200%.

Petróleo bruto ou cru: isento.

Parágrafo 1. O custo CIF que servirá de base para o cálculo do imposto será o custo médio efetivo das importações realizadas, periodicamente apurado pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Parágrafo 2. A conversão para cruzeiros de custo CIF será feita ao custo cambial, assim entendida a soma da taxa

oficial vigente e de uma sobretaxa única, fixada para a importação de todos os produtos enumerados neste artigo.

Parágrafo 3. A expressão gás liquefeito compreende o gás propano e o gás butano, isolados ou misturados.

Parágrafo 4. As especificações técnicas dos produtos serão definidas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 3. O pagamento do imposto único sobre produtos importados será feito à Alfândega ou Mesa de Renda do porto de desembarque, com base nas quantidades efetivamente descarregadas, sendo um terço no desembarço alfandegário, e o restante após 60 (sessenta) dias, a contar daquela formalidade.

Parágrafo Único - A cobrança, o processo administrativo, a fiscalização e as penalidades referentes ao imposto único sobre produtos de procedência estrangeira, obedecerão ao regime da legislação aduaneira em tudo o que não contrariar os dispositivos da presente lei.

Art. 4. O imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos de produção nacional, será equivalente a três quartos da importância em cruzeiros que incidir sobre o similar de procedência estrangeira, de acordo com o art. 2. e seus parágrafos, no caso de gás liquefeito e gasolinas de aviação, automotiva e "premium" e equivalentes, para os demais produtos, à metade da importância devida pelo similar estrangeiro.

Art. 5. Os óleos lubrificantes, simples, compostos e emulsivos, obtidos no País pela regeneração de óleo

lubrificante usado, ficarão isentos do imposto único de que trata a presente lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos, findo o qual pagarão um quarto da importância que corresponder ao imposto incidente sobre o óleo importado.

Parágrafo 1. O disposto neste artigo só se aplica aos óleos re-refinados que tenham sofrido processo de regeneração, através de destilação, refinação e filtração, e cujas características e propriedades sejam as mesmas do produto novo.

Parágrafo 2. As indústrias de refinação de óleos lubrificantes poderão gozar do regime que trata o presente artigo, desde que tenham instalações aprovadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e aí registrarem o produto com as características referidas no parágrafo anterior.

Parágrafo 3. A aplicação do regime de que trata o presente artigo será reconhecida pelo Ministério da Fazenda, em relação a cada produto, à vista de solicitação da firma, interessada e em processo em que fique comprovado o preenchimento das exigências mencionadas nos dois parágrafos anteriores.

Art. 6. O imposto único sobre produtos nacionais será recolhido por verba, devendo o pagamento ser efetuado na repartição arrecadadora no Estado em que estiver localizada a fábrica vendedora, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega ao primeiro comprador.

Parágrafo 1. O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, podendo, se os produtos de destinarem a

consumo ou distribuição fora do Estado em que estiver localizada a fábrica, autorizar, se o exportador o desejar, o pagamento do imposto pelo destinatário, na repartição arrecadadora respectiva, neste caso, o recolhimento será feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data, do recebimento do produto, sob pena de multa igual ao valor do imposto devido.

Parágrafo 2. O processo administrativo, a fiscalização e as penalidades relativas ao imposto único sobre produtos nacionais obedecerão ao regime da legislação do imposto de consumo em tudo o que não contrariar o disposto nesta lei.

Art. 7. Da receita resultante do imposto a que refere esta lei:

a) 40% (quarenta por cento) pertencem à União; e

b) 60% (sessenta por cento) pertencem aos Estados, Municípios e Distrito Federal, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, de acordo com o disposto na legislação vigente.

Parágrafo 1. A União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal destinarão suas cotas na receita do imposto a que se refere esta Lei, na proporção de:

a) 75% (setenta e cinco por cento) aos seus programas rodoviários, através do Fundo Rodoviário Nacional e respectiva legislação;

b) 15% (quinze por cento) durante os exercícios de 1957 a 1961, inclusive à constituição do capital social da Petróleo

Brasileiro S.A. - PETROBRÁS nos termos da legislação vigente; e

c) 10% (dez por cento), à constituição do capital social da Rede Ferroviária Federal S/A, nos exercícios de 1957 a 1961, inclusive.

Parágrafo 2. A partir de 1. de janeiro de 1962, a União, os Estados, Municípios e Distrito Federal destinarão as suas cotas, no imposto a que se refere esta lei, na proporção de:

a) 90% (noventa por cento) aos seus programas rodoviários, através do Fundo Rodoviário Nacional e legislação respectiva;

b) 10% (dez por cento) à constituição do capital social da Rede Ferroviária Federal S/A, de acordo com o disposto nesta lei.

Parágrafo 3. A partir de 1. de janeiro de 1972, a receita resultante do imposto a que se refere esta Lei será destinada exclusivamente ao Fundo Rodoviário Nacional.

Art. 8. As receitas provenientes da arrecadação do imposto único a que se refere esta Lei serão diariamente recolhidas pelas Alfândegas, Recebedorias e Coletorias Federais ao Banco do Brasil S/A, mediante guia.

Art. 9. De cada recebimento das estações arrecadadoras, na forma do artigo anterior, o Banco do Brasil S/A creditará:

a) a percentagem pertencente ao Fundo Rodoviário Nacional, à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

b) a percentagem pertencente à Petrobrás, à conta e ordem desta; e

c) a percentagem pertencente à Rede Ferroviária Federal S/A à conta e ordem desta.

Parágrafo 1. Enquanto não estiver em funcionamento a Rede Ferroviária Federal S/A, os recursos a que se refere a alínea e deste artigo serão creditados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que os manterá em depósito especial em nome da União, dos Estados e Municípios e ao Distrito Federal, das ações a que se refere o art. 15.

Parágrafo 2. Ficam o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco da Amazônia S/A. e o Banco do Nordeste do Brasil S/A e outros estabelecimentos oficiais de crédito autorizados a receber em caução as ações da Petróleo Brasileiro S.A., e da Rede Ferroviária Federal S.A., e os créditos referidos neste artigo, em garantia de empréstimos concedidos aos mesmos Estados, Municípios, autarquias e sociedades de economia mista, estaduais e municipais, destinados ao financiamento de projetos de eletrificação, serviços de água e esgotos e construção, melhoria ou pavimentação de rodovias, inclusive aquisição de equipamento rodoviário.

Art. 10. O Departamento Nacional de Estradas e Rodagem destinará, obrigatoriamente, da cota do Fundo Rodoviário Nacional que constitui sua receita:

a) 30% (trinta por cento), no mínimo, em cada exercício, à pavimentação, melhoramentos de traçados e construção ou

reforço de obras de arte especiais e seus acessos de rodovias do Plano Rodoviário Nacional;

b) 10% (dez por cento) até o exercício de 1971, à construção, ao revestimento ou à pavimentação das estradas que se construirão, ou pavimentarão para substituição de trechos de ferrovias federais, reconhecidamente antieconômicos.

Parágrafo 1. A aplicação nos Estados da percentagem estabelecida no inciso a deste artigo será feita na proporção da cota de cada um no Fundo Rodoviário Nacional. A determinação das estradas a pavimentar obedecerá a uma escala de prioridade estabelecida anualmente, de acordo com a intensidade de tráfego verificada nos anos anteriores.

Parágrafo 2. A seleção dos trechos ferroviários a substituir será feita pelo critério de menor densidade de tráfego ferroviário, remunerado, computada em toneladas, quilômetro por quilômetro de linha explorada (t.Km/km); em caso de valores semelhantes, será dada prioridade à substituição da linha que acusar maior despesa de custeio por quilômetro.

Parágrafo 3. Os projetos de obras e serviços e substituição de trechos ferroviários antieconômicos serão elaborados pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem por indicação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Parágrafo 4. Se, em algum exercício, por qualquer motivo, não for integralmente, aplicada na substituição de trechos ferroviários a percentagem referida no inciso b, deste artigo, o saldo se acumulará à parcela do exercício ou

exercícios seguintes, até que sejam substituídos os trechos ferroviários selecionados conforme o disposto no 2. deste artigo.

Art. 11. Anualmente o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará, de sua cota, em obras rodoviárias nos Territórios Federais, quantia não inferior à cota que caberia a cada um, como se Estados fossem, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 12. Os Departamentos Rodoviários ou órgãos equivalentes dos Estados destinarão, obrigatoriamente, da cota do Fundo Rodoviário Nacional, que constituir sua receita:

a) 10% (dez por cento), no mínimo, em cada exercício, à pavimentação, melhoramento de traçados, construção ou reforço de obras de arte especiais e seus acessos de rodovias dos respectivos Planos Rodoviários Estaduais;

b) naqueles Estados em que houver estradas de ferro de concessão, propriedade ou exploração estadual, 5% (cinco por cento) à construção, ao revestimento ou à pavimentação das estradas que se construirão ou pavimentarão para substituição de trechos de ferrovias estaduais reconhecidamente anti-econômicos.

Parágrafo 1. A determinação das estradas a pavimentar em cada Plano Rodoviário Estadual obedecerá a uma escala de prioridade estabelecida, anualmente, de acordo com a intensidade de tráfego verificada no ano anterior.

Parágrafo 2. A seleção dos trechos ferroviários a substituir obedecerá ao disposto no 2. do art.10.

Parágrafo 3. Os serviços estaduais de estradas de rodagem devem demonstrar cada ano, perante o Conselho Rodoviário Nacional, a aplicação das parcelas referidas neste artigo.

Art. 13. O levantamento dos trilhos dos trechos ferroviários antieconômicos somente será executado depois da aprovação dos respectivos projetos pelo Congresso Nacional, no caso de estrada de ferro federal (vetado).

Parágrafo 1. Não será elaborado projeto em relação ao qual houver proposta, técnica e economicamente aceitável, apresentada por empresa idônea de transporte que se disponha a explorar o trecho sem o levantamento da linha férrea.

Parágrafo 2. Se não houver proposta aceitável para a exploração do transporte sobre trilhos, o Executivo poderá suspender o tráfego no trecho desde que previamente assegurado o transporte rodoviário de passageiros e carga, em caráter permanente e para todos os núcleos populacionais servidos pela linha férrea a levantar após a autorização legislativa.

Parágrafo 3. No caso previsto neste artigo, o trecho ferroviário será desligado da rede ferroviária a que pertence.

Art. 14. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os órgãos rodoviários dos Estados e do Distrito Federal poderão despende, a juízo dos respectivos Conselhos Rodoviários, até 5% (cinco por cento) da sua cota do Fundo Rodoviário Nacional, na construção ou melhoria de estradas de rodagem de relevante finalidade turística, bem como na execução de

obras que facilitem o tráfego rodoviário e a expansão do turismo ao longo das estradas inclusive postos de serviço, estações, hotéis e restaurantes, ou em campos de pouso, aeroportos e suas instalações, de acordo com o Departamento de Aeronáutica Civil.

Art. 15. Anualmente, até o exercício de 1971 a Rede Ferroviária Federal S/A aumentará o seu capital social em valor equivalente ao total das importâncias recebidas na forma do art. 9.º, inciso c, emitindo ações que serão de propriedade da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, na proporção de suas cotas, no mesmo exercício, no Fundo Rodoviário Nacional. As ações dos Estados, Distrito Federal e Municípios serão preferenciais sem direito a voto.

Parágrafo Único - Anualmente, até o exercício de 1971, a Rede Ferroviária Federal S/A aplicará na subscrição de capital de estradas de ferro estaduais, organizadas como sociedades anônimas, importância nunca inferior àquela capitalizada na forma deste artigo para o Estado em que se encontre a estrada até o limite dos planos de reequipamento e expansão aprovados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, ouvida a Rede Ferroviária Federal S/A. Neste caso, as ações da Rede Ferroviária Federal S/A. Neste caso, as ações da Rede Ferroviária S/A, serão preferenciais sem direito a voto.

Art. 16. O Conselho Nacional do Petróleo fará o reajuste dos preços de venda a vigorarem a partir de 1.º de janeiro de 1957, dos produtos de petróleo sujeitos ao imposto único nos

termos desta Lei, tendo em vista a variação verificada na importância do imposto devido.

Parágrafo único - Os estoques de produtos existentes em poder de firmas ou companhias importadoras ou distribuidoras, em 1. de janeiro de 1957, ficarão sujeitos ao pagamento da diferença da tributação resultante desta Lei. Este pagamento deverá ser feito, em prestações mensais iguais, até 30 de junho de 1957, para os óleos lubrificantes e, até 30 de março de 1957, para os demais produtos.

Art. 17. No cumprimento do disposto no art. 2.º item III, do Decreto-Lei n.º 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 10 alíneas c e g, do Decreto-Lei n.º 538, de 7 de julho de 1938, o Conselho Nacional do Petróleo fixará os preços de venda dos derivados do petróleo fixará os preços de venda dos derivados do petróleo para o revendedor atacadista, bem como para o varejista distribuidor nas diversas bases de provimento do território nacional, para períodos e em relação aos derivados que o Poder Executivo julgar conveniente tabelar.

Parágrafo único - Os preços de venda, tanto para o atacado como para o varejo, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, não estarão sujeitos à homologação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Art. 18. Com a aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas e por proposta do Conselho Rodoviário Nacional ou dos Estados, Territórios e Municípios, cujas condições geográficas ou econômicas contra-indiquem o desenvolvimento

do sistema de transportes rodoviários, poderão estes aplicar a sua receita do Fundo Rodoviário Nacional na criação ou desenvolvimento de outros meios de transporte mais adequados à região.

Art. 19. O imposto único incorpora-se ao preço de venda do produto ao consumidor, sem consideração à pessoa natural ou jurídica do importador, comprador ou consumidor. As isenções gerais de tributos não compreendem o imposto único (vetado)

Art. 20. Enquanto o Poder Legislativo não aprovar o Plano de Viação Nacional, o Governo executará o programa de obras rodoviárias e ferroviárias previstas nas relações descritivas mencionadas no anexo da presente lei.

Art. 21. A Petróleo Brasileiro S/A. - PETROBRÁS - e as empresas que organizar, nos termos da Lei n. 2.004 de 3 de outubro de 1953, ficam isentas do pagamento do imposto de renda, até o exercício de 1962, sobre quantias que inverterem na indústria do petróleo.

Parágrafo Único - A União destinará, à tomada de ações e obrigações da PETROBRÁS, até o exercício de 1962, os dividendos que lhe couberem na Sociedade, propondo a medida à Assembléia Geral dos Acionistas.

Art. 22. O querosene e os óleos diesel e combustível, para emprego no setor agropecuário, serão isentos do imposto criado nesta lei.

Parágrafo 1. Para o efeito da isenção a ser dada na distribuição dos produtos a que alude este artigo, o

Conselho Nacional do Petróleo fixará, anualmente, a cota a ser atribuída a cada importador ou destilador.

Parágrafo 2. A distinção dos combustíveis líquidos destinados exclusivamente ao setor agropecuário, far-se-á por meio de vasilhames especiais ou colorantes, ou, ainda, por outros processos e meios a critério do Conselho Nacional do Petróleo.

Parágrafo 3. O Conselho Nacional do Petróleo baixará instruções sobre as providências previstas neste artigo e seus parágrafos, podendo adotar todas as medidas indispensáveis à sua fiel execução.

Art. 23. Constitui crime, punível com pena de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), a CR\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), obter para si ou para outrem vantagem ilícita mediante a mistura fraudulenta às especificações técnicas do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor a 1. de Janeiro de 1957, revogadas as leis números 1.749, de 28 de novembro de 1952 (vetado) e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1956, 135. da Independência e 68. da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Lúcio Meira